



Número: **0816666-85.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **15/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO (AUTOR)	INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22700220	15/07/2019 11:27	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
22700227	15/07/2019 11:27	<a href="#">Petição Inicial</a>	Outros Documentos
22700230	15/07/2019 11:27	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
22700232	15/07/2019 11:27	<a href="#">Doc. Pessoais e Comp. de Residência</a>	Documento de Identificação
22700244	15/07/2019 11:27	<a href="#">SAMU, BO e Comp. de Pag. Administrativo 1</a>	Outros Documentos
22700239	15/07/2019 11:27	<a href="#">SAMU, BO e Comp. de Pag. Administrativo 2</a>	Outros Documentos
22700309	15/07/2019 11:27	<a href="#">Doc. Médica 1</a>	Outros Documentos
22700310	15/07/2019 11:27	<a href="#">Doc. Médica 2</a>	Outros Documentos
22700315	15/07/2019 11:27	<a href="#">Doc. Médica 3</a>	Outros Documentos
22700861	15/07/2019 11:27	<a href="#">GuiaCustas</a>	Outros Documentos
22757797	16/07/2019 16:42	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
23576539	16/08/2019 09:30	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
23615747	19/08/2019 09:58	<a href="#">Petição</a>	Petição
23615950	19/08/2019 09:58	<a href="#">Petição</a>	Outros Documentos
23615951	19/08/2019 09:58	<a href="#">Requerimento Administrativo</a>	Outros Documentos
24164972	05/09/2019 13:58	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24175736	05/09/2019 16:28	<a href="#">Carta</a>	Carta
24707706	24/09/2019 16:59	<a href="#">Petição</a>	Petição

24707 709	24/09/2019 16:59	<a href="#">2648983_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01</a>	Outros Documentos
25122 754	08/10/2019 15:05	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
25122 775	08/10/2019 15:05	<a href="#">2648983_CONTESTACAO_01</a>	Outros Documentos
25122 783	08/10/2019 15:05	<a href="#">2648983_CONTESTACAO_Anexo_021</a>	Outros Documentos
25122 787	08/10/2019 15:05	<a href="#">2648983_CONTESTACAO_Anexo_022-email-1</a>	Outros Documentos
25122 791	08/10/2019 15:05	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Outros Documentos
25152 556	09/10/2019 11:41	<a href="#">Petição</a>	Petição
25152 557	09/10/2019 11:41	<a href="#">2648983_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02</a>	Outros Documentos
25152 560	09/10/2019 11:41	<a href="#">2648983_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01</a>	Outros Documentos
25522 195	22/10/2019 14:39	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
25522 637	22/10/2019 14:45	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
25523 000	22/10/2019 14:47	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
25523 005	22/10/2019 14:47	<a href="#">ar-seg. lider-0816666-85.2019</a>	Aviso de Recebimento
25533 963	22/10/2019 16:50	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
25533 966	22/10/2019 16:50	<a href="#">of.bb-0816666-85.2019</a>	OFÍCIO
25550 771	23/10/2019 10:01	<a href="#">Impugnação à Contestação</a>	Petição
25550 772	23/10/2019 10:01	<a href="#">Impugnação à Contestação</a>	Outros Documentos
25551 501	23/10/2019 10:11	<a href="#">Petição</a>	Petição
26069 441	08/11/2019 17:35	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
26069 442	08/11/2019 17:35	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
26530 799	26/11/2019 12:36	<a href="#">Petição</a>	Petição
26530 805	26/11/2019 12:36	<a href="#">2648983_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_02</a>	Outros Documentos
27622 650	22/01/2020 15:02	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
29524 062	30/03/2020 16:49	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29810 498	13/04/2020 16:56	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
34230 187	12/09/2020 22:17	<a href="#">DRA ROSANA - PERITA</a>	Diligência
34230 188	12/09/2020 22:17	<a href="#">0816666852019</a>	Documento de Comprovação
34684 335	23/09/2020 21:05	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
34684 337	23/09/2020 21:05	<a href="#">OFÍCIO INDICANDO DATA DE PERÍCIA 5 VARA DE CG2511202001</a>	Documento de Comprovação
36307 084	05/11/2020 16:38	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
36307 085	05/11/2020 16:38	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
36307 091	05/11/2020 16:40	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
36493 546	10/11/2020 17:45	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
36493 973	10/11/2020 17:45	<a href="#">RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO</a>	Devolução de Mandado

37112 055	25/11/2020 21:17	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
37112 059	25/11/2020 21:17	<a href="#">Rangel Borborema Silva Porto</a>	Documento de Comprovação
37586 130	08/12/2020 11:44	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
37586 131	08/12/2020 11:44	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
37616 563	09/12/2020 11:04	<a href="#">Petição de Manifestação de Laudo Pericial DPVAT</a>	Petição
37616 570	09/12/2020 11:04	<a href="#">Petição de Manifestação de Laudo Pericial DPVAT</a>	Outros Documentos

Petição Inicial em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
CIVIL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

**RANGEL BORBOREMA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG de nº 3004315 e CPF de nº 075.601.294-55, residente e domiciliado na Rua Sítio São João, s/n, Bairro: Zona Rural na cidade de Boa Vista/PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.**

**COMPLEMENTO**

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

**DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO**

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do



procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015.**

### **DOS FATOS E DOS DIREITOS**

A parte autora foi vítima de acidente automobilístico - fato ocorrido no dia 27/06/2018, quando estava conduzindo o veículo Fiat Uno de placa MMR9271, quando trafegava na BR412, km 26,8, quando perdeu o controle e invadiu a faixa contrária e colidiu frontalmente com o veículo GM CELTA de placa NQC 9789, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais como **FRATURA DE BACIA (QUADRIL) ESQUERDA E ACETÁBULO ESQUERDO, ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIAS DE OSTEOSÍNTESE (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, devido ao acidente, o que sem dúvidas resultou no comprometimento do membro, conforme se observa nos laudo médicos acostados aos autos e perícia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 1.687,50 (MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supra mencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.



Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:**

***I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;***

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

***III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.***

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

***Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.***

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

***APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de***



*03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).*

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007, devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em ortopedia para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, devido o autor não possui capacidade econômica para arcar com tais despesas, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

#### **DO REQUERIMENTO:**

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão.



02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

**05- com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);**

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter cópia do processo administrativo, pois seguem e anexo cópias das documentações;

**08- Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;**

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

**Campina Grande - PB, em 15 de Julho de 2019.**





**INACIO BRUNO SARMENTO**  
**- Advogado - OAB/PB 21.472**

---

Av. Dinâmica Alves Correia, nº1020 – Loja 02.  
Dinâmica, Campina Grande – PB. CEP: 584000-000  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 15/07/2019 11:26:30  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071511263021200000022024697>  
Número do documento: 19071511263021200000022024697

## QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA ( ), de que forma?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Av. Dinâmica Alves Correia, nº1020 – Loja 02.  
Dinâmica, Campina Grande – PB. CEP: 584000-000  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)





## PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

**OUTORGANTE:** Rangel Barbaroma Silva, brasileiro (a),  
zelador, agente portador da Cédula de Identidade nº:  
3004315, inscrito no CPF nº: 075 1601 1294 155, residente e domiciliado  
na Rua São São Bento, Nº 50, Bairro, Zona Rural,  
na Cidade de Boo Viço / PB, CEP  
58123 000, FONE \_\_\_\_\_.

**OUTORGADO:** INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Dinamarca Alves Correia, 1020, loja 02, Dinamérica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-5048/98769-2274.**

**PODERES:** Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como subestabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

**CONTRATO:** O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária advocatícia remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%, calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 08 de julho de 2019.

Rangel Barbaroma Silva  
Outorgante/Declarante

Rua: Dinamérica Alves Correia, nº 1020, loja 02,  
Dinamérica, Campina Grande - PB. CEP: 58400-000.  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048 / 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)



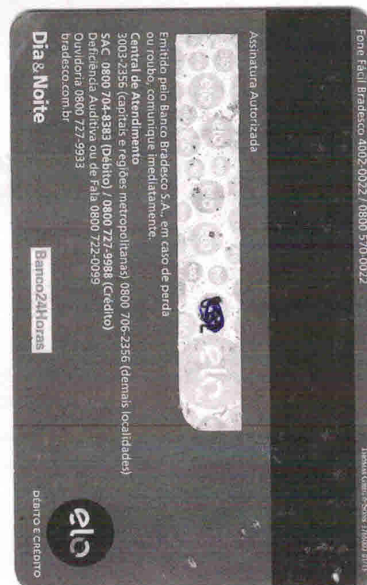
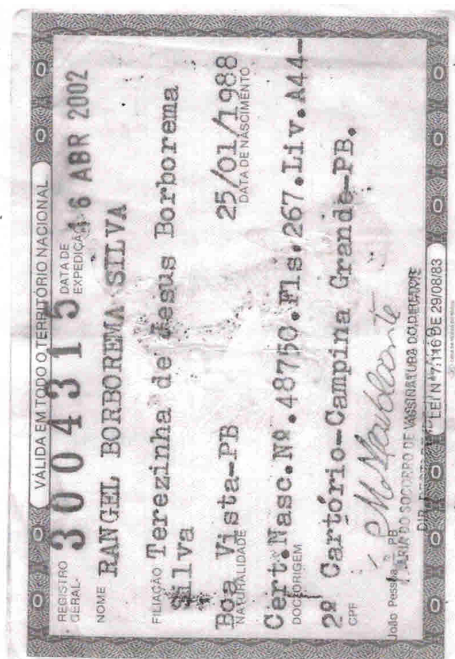
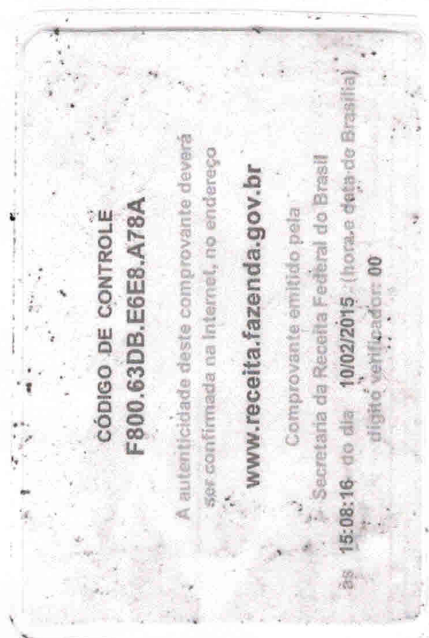
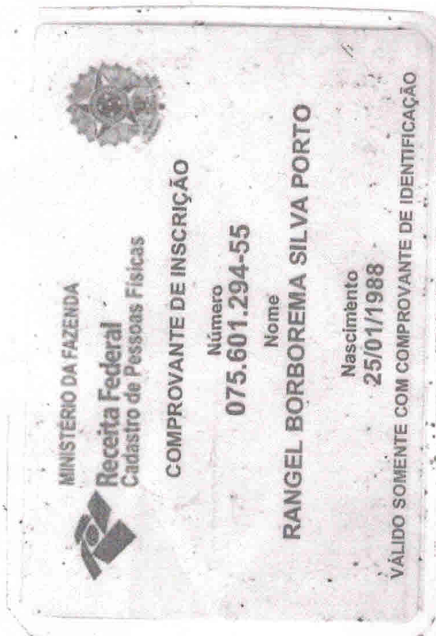
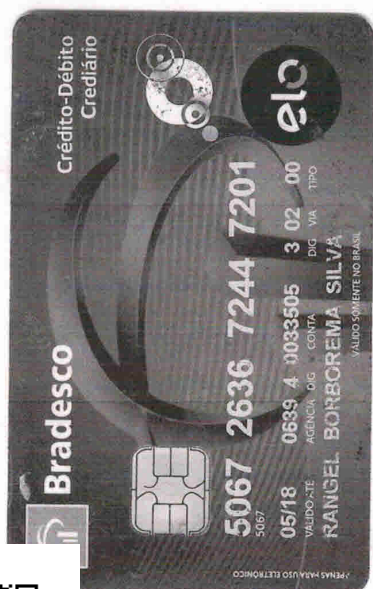




Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 15/07/2019 11:26:30

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071511263042800000022024702

Número do documento: 19071511263042800000022024702



TERESINHA DE JESUS SILVA LIMA  
SIT SAO BENTO, S/N - AREARURAL  
BOA VISTA/PB CEP: 58123000 (AG 401)

Emissao: 18/06/2018 Referência: Jun/2018 BR230 - KM 158 - Alga Sudoeste - Três Irmãs - Campina Grande/PB - CEP 58423-700  
Classe/Subclasse: RUPAL/AGROPECUARIA RURAL MONOFASICO  
Roteiro: 9-408-63C-6770 Nº medidor: C1882642714

ENERGISA BORBOREMA - DIS TRIBUTADORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 08.826.536/0001-95 Insc Est: 18.003.839-1

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 001.216.005  
Cód. para Dto. Automático: 00001084284

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a: Jun / 2018  
Apresentação: 18/06/2018  
Data prevista da próxima leitura: 18/07/2018  
CPF/ CNPJ/ RANI: 3508885402  
Insc Est:

UC (Unidade Consumidora): 4/108428-4

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
17/05/18	23153	18/06/18	23218	1	65	32
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa C/ Tributos Total (R\$)	Valor Base Calc. Tributos Total (R\$)	Alíq. ICMS (R\$)	Alíq. ICMS (R\$)
0601	Consumo em kWh	65,000	0,373150	24,25	0,00	0,00
0601	Adic. B. Amarela			0,29	0,00	0,00
0601	Adic. B. Vermelha			1,97	0,00	0,00
0610	Subsidio			10,39	0,00	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0807	CONTRIB. ILM. PÚBLICA			5,48	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 05/2018			0,04	0,00	0,00
0805	MULTA 05/2018			0,47	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2018			0,02	0,00	0,00
0906	Devolução Subsidio			-9,73	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 33,19 0,00 0,00 36,90 0,42 1,94

Média últimos meses (kWh) 64  
**VENCIMENTO 25/06/2018**  
**TOTAL A PAGAR R\$ 33,19**

Histórico de Consumo (kWh)											
63	68	63	67	59	63	63	71	61	7	59	61
Jun/17	Jul/17	Ago/17	Sep/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Maio/18

RESERVADO AO FISCO  
0e03.564e.c837.e96d.4757.aabc.44d5.29e0.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	20,88	0,00	NOMINAL 220	Serviços de Dist. da Energisa/BO	8,83	20,58
DIC TRIMESTRAL	41,76			Compra de Energia	13,43	40,48
DIC ANUAL	7,59	0,00	CONTRATADA	Serviço de Transmissão	1,88	5,00
FIC MENSAL	5,19		LIMITE INFERIOR 202	Encargos Setoriais	2,89	8,71
FIC TRIMESTRAL	10,39	0,00	LIMITE SUPERIOR 231	Impostos Diretos e Encargos	9,38	25,25
FIC ANUAL	5,58			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	8,80			<b>Total</b>	<b>33,19</b>	<b>100,00</b>
DICRI				Valor do EUSD (Ref. 4/2018) R\$ 9,54		

#### ATENÇÃO

Subvenção DEC 7 E91/13 R\$ 9,73  
Isento ICMS

Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 15/07/2019 11:26:30

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071511263042800000022024702

Número do documento: 19071511263042800000022024702



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

PRONTO ATENDIMENTO ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA  
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, CPF 075.601.294-55, residente no Sítio São Bento, Boa Vista- PB envolveu-se em um acidente de trânsito na BR 412 no Km 25 no dia 27 de Junho de 2018, às 20 horas e 24 minutos, sendo socorrido pela unidade de suporte básico de vida (ambulância tipo B) do Pronto Atendimento Antônio Pereira de Almeida e conduzido pela equipe de enfermagem plantonista para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande Dom Luís Gonzaga Fernandes.

Por ser verdade firmo a presente e coloco-me a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Carolina Araújo Barbosa  
Responsável técnica e Coordenadora de Enfermagem  
COREN-PB 449.622

RUA ESPLANADA DOM JESUS, S/Nº - CENTRO / BOA VISTA - PB / CEP: 58123-000  
FONE: (83) 3313-1100 - EMAIL: PM.BOA.VISTA@GMAIL.COM  
CNPJ: 01.612.938/0001-10







Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Rodoviária Federal  
**Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito**



**PRF**



**Acidente nº 18037884B02**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

**BR:** 412

**KM:** 26,8 - Crescente

**Município:** BOA VISTA/PB

**Data:** 27/06/2018

**Hora:** 20:30

**Policial responsável pelo atendimento:** ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743

**Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854**

**ASPECTOS DO LOCAL**

**Tipo de via:** Principal

**Tipo de pavimento:** Asfalto

**Tipo de pista:** Simples

**Condição da pista:** Seca

**Estrutura viária:** Reta

**Localidade urbanizada:** ✗

**Acostamento:** ✓

**Canteiro central:** ✗

**Condição meteorológica:** Céu Claro

**Fase do dia:** Plena Noite

**NARRATIVA**

No dia 27/06/2018, às 20:30 hS, a equipe PRF foi acionada para atender um acidente ocorrido na BR 412, km 26,8, no município de BOA VISTA PB, ocorreu um acidente, colisão frontal, com duas vítimas graves. Os veículos envolvidos foram o fiat uno de placas MMR 9271 (V1), e o veículo GM CELTA, placas NQC9789PB (V2). Com base na análise dos vestígios no local do acidente, constatou-se que o condutor do V1 invadiu a faixa contrária e colidiu frontalmente com o V2 que transitava normalmente em sua mão de direção. A dinâmica do acidente encontra-se representada no croqui. Conforme constatações e levantamentos no local do acidente, concluiu-se que o fator principal do acidente foi a invasão do V1 a faixa contrária e consequente colisão com o V2. Ambos os veículos foram recolhidos ao pátio da transgard e os condutores ao hospital de trauma de Campina Grande Pb. O local encontrava-se guardado pela polícia militar da Paraíba na pessoa do (Capitão CLAUDIO batalhão de Monteiro Pb.) e do Samu em atendimento ao condutor do V2. A via estava com a sinalização horizontal e vertical em ordem. As condições ambientais eram boas, céu claro, e não havia sinais de ter havido precipitação pluviométrica no momento do acidente. Apenas o condutor do V2 foi submetido ao teste de alcoolemia pois ainda se encontrava no local, e com resultado 0,00mg/l de ar.

**EVENTOS SUCESSIVOS**

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão frontal	



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

### IMAGENS PANORÂMICAS

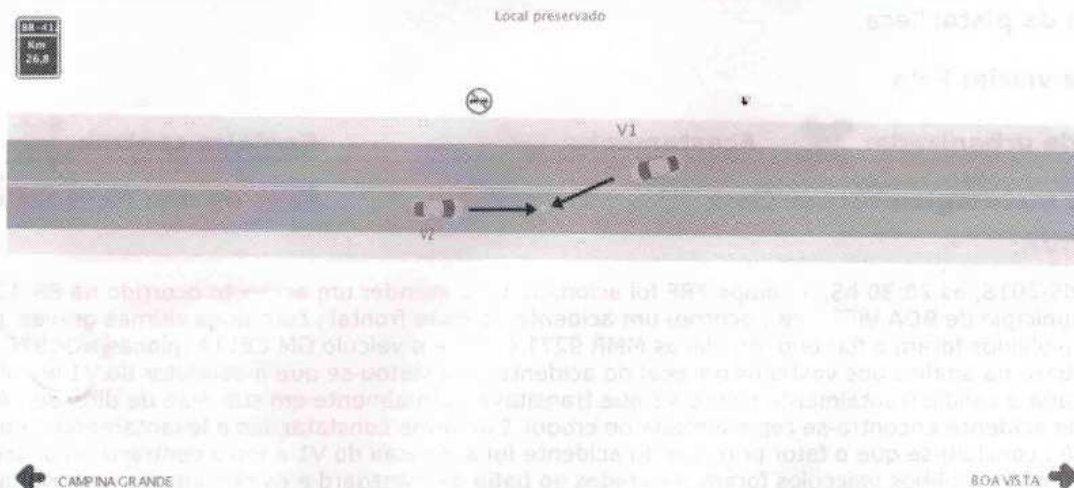


SENTIDO CRESCENTE



SENTIDO DECRESCENTE

### CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043







MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V2**



TRACIONADOR

**NQC9789**

**Placa:** NQC9789 - Registro Nacional

**Marca/modelo/ano fabricação:** GM/CELTA 2P LIFE/2010

**Renavam:** 00251411290

**Chassi:** 9BGRZ08F0BG199382

**Tipo de Veículo:** Automóvel

**Espécie/categoria:** Passageiro/Particular

**Manobra no momento do acidente:** Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

### PROPRIETÁRIO

**Nome:** MARCO ANTONIO FERNANDES DE LIMA

**CPF/CNPJ:** 570.969.704-44

**Endereço:** R ANTONIO B PAZ 80 AP 02 BL C, 00080 - AP 02 BL C, CAMPINA GRANDE/PB

**Telefone/email:** NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V1**



TRACIONADOR

**MMR9271**

**Placa:** MMR9271 - Registro Nacional

**Marca/modelo/ano fabricação:** FIAT/UNO CS/1990

**Renavam:** 00180221027

**Chassi:** 9BD146000K3529366

**Tipo de Veículo:** Automóvel

**Espécie/categoria:** Passageiro/Particular

**Manobra no momento do acidente:** Outras

**Informações complementares:** VEICULO INVADIU A FAIXA CONTRARIA.

### PROPRIETÁRIO

**Nome:** MANOEL TORRES DE MORAIS

**CPF/CNPJ:** 288.622.524-04

**Endereço:** , CAMPINA GRANDE/PB

**Telefone/email:** NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043







MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V2**



CONDUTOR

**JOSE ALMIR FERNANDES DE LIMA**

**Placa do veículo:** NQC9789

**Marca/modelo:** GM/CELTA 2P LIFE

**Envolvimento:** Condutor

**Nome:** JOSE ALMIR FERNANDES DE LIMA

**CPF:** 215.976.504-04

**Data de nascimento:** 11/02/1956

**Estado civil:** Não Informado

**Sexo:** Masculino

**Estado físico:** Lesões Graves

**Usava cinto de segurança:** Ignorado

**Usava capacete:** NÃO APLICÁVEL

**Informações complementares:** ENCAMINHADO AO HOSPITAL DE TRAUMA DE CAMPINA GRANDE PELO SAMU

### DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR

**Tipo:** Habilitação Nacional

**Categoria:** E

**Data primeira habilitação:** 13/05/1975

**Nº Registro:** 01651766995

**UF:** PB

**Data de vencimento da habilitação:** 27/10/2020

**Motorista Profissional:** Não

**Observações CNH:** 11A

### ALTERAÇÕES DA CAPACIDADE PSICOMOTORA

**Foi possível realizar teste do etilômetro:** Sim

**Condutor se recusou a realizar o teste:** Não **Resultado:** 0

**Visíveis sinais de embriaguez:** Não

**Sinais de uso de substâncias psicoativas:** Não

### DADOS DE CONTATO

**Endereço:** RUA PREFEITO WAMBERTO TORREAO, 112, CENTRO, SERRA BRANCA/PB

**Telefone/email:** NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043







MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V1**



CONDUTOR

**RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**

**Placa do veículo:** MMR9271

**Marca/modelo:** FIAT/UNO CS

**Envolvimento:** Condutor

**Nome:** RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

**CPF:** 075.601.294-55

**Data de nascimento:** 25/01/1988

**Estado civil:** Não Informado

**Sexo:** Masculino

**Estado físico:** Lesões Graves

**Usava cinto de segurança:** Ignorado

**Usava capacete:** NÃO APLICÁVEL

### DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR

**Tipo:** Não Habilitado

### ALTERAÇÕES DA CAPACIDADE PSICOMOTORA

**Foi possível realizar teste do etilômetro:** Não

**Visíveis sinais de embriaguez:** Não

**Sinais de uso de substâncias psicoativas:** Não

### DADOS DE CONTATO

**Endereço:** SITIO SAO BENTO , S/N - CASA, ZONA RURAL , BOA VISTA/PB

**Telefone/email:** 986374126/NÃO INFORMADO

### ENCAMINHAMENTO

**Motivo:** Outros

**Tipo de receptor:** Outro

**Informações complementares:** PATIO DA TRANSGUARD



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

### RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

**Veículo:** V1 / FIAT/UNO CS

**Placa:** MMR9271

**Nome do agente:** ALDO ALEXANDRE

**Nº BOAT:** 18037884B02

**Matrícula do agente:** 1199743

**Data:** 27/06/2018

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM*	NÃO**	NA***
1	Painel corta-fogo	X		
2	Longarina dianteira esquerda	X		
3	Caixa de roda dianteira esquerda	X		
4	Estrutura da soleira esquerda	X		
5	Air Bags Frontais		X	
6	Air Bags Laterais		X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda	X		
8	Estrutura da coluna central esquerda	X		
9	Estrutura da coluna traseira esquerda		X	
10	Caixa de roda traseira esquerda	X		
11	Assoalho central esquerdo	X		
12	Longarina traseira esquerda	X		
13	Assoalho portamalas ou caçamba		X	
14	Longarina traseira direita		X	
15	Caixa de roda traseira direita		X	
16	Estrutura da coluna traseira direita		X	
17	Estrutura da soleira direita		X	
18	Estrutura da coluna central direita		X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita		X	

\*Item danificado no acidente.

\*\*Item não danificado no acidente ou não existente.

\*\*\* Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043







MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**



## Imagens Complementares

### Informações Gerais



IMAGEM COMPLEMENTAR 01

### V1 - Tracionador - FIAT/UNO CS - MMR9271



IMAGEM COMPLEMENTAR 01



Assinatura  
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

Item	Descrição do Item	SIM*	NÃO**	NA***
20	Assoalho central direito		X	
21	Caixa de roda dianteira direita	X		
22	Longarina dianteira direita		X	

**Total geral (SIM + NA): 10**

**Dimensão da monta:** Grande

### RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

**Veículo:** V2 / GM/CELTA 2P LIFE

**Placa:** NQC9789

**Nome do agente:** ALDO ALEXANDRE

**Nº BOAT:** 18037884B02

**Matrícula do agente:** 1199743

**Data:** 27/06/2018

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM*	NÃO**	NA***
1	Painel corta-fogo		X	
2	Longarina dianteira esquerda		X	
3	Caixa de roda dianteira esquerda	X		
4	Estrutura da soleira esquerda		X	
5	Air Bags Frontais		X	
6	Air Bags Laterais		X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda		X	
8	Estrutura da coluna central esquerda		X	
9	Estrutura da coluna traseira esquerda		X	
10	Caixa de roda traseira esquerda		X	
11	Assoalho central esquerdo		X	
12	Longarina traseira esquerda		X	

\*Item danificado no acidente.

\*\*Item não danificado no acidente ou não existente.

\*\*\* Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043







MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

Item	Descrição do Item	SIM*	NÃO**	NA***
13	Assoalho portamalas ou caçamba		X	
14	Longarina traseira direita		X	
15	Caixa de roda traseira direita		X	
16	Estrutura da coluna traseira direita		X	
17	Estrutura da soleira direita		X	
18	Estrutura da coluna central direita		X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita		X	
20	Assoalho central direito		X	
21	Caixa de roda dianteira direita		X	
22	Longarina dianteira direita		X	

**Total geral (SIM + NA): 1**

**Dimensão da monta:** Pequena

\*Item danificado no acidente.

\*\*Item não danificado no acidente ou não existente.

\*\*\* Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043



RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Filial João Pessoa-PB

BENEFICIÁRIO RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

CPF/CNPJ: 07560129455

## Posição em 10-01-2019 23:20:19:

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, clique aqui e nos e para que possamos checar melhor o seu caso. Por gentileza, aguarde, em até 72 horas, entraremos em contato com você para informar do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
11/01/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
27/12/2018	Exigência Documental	
18/12/2018	Exigência Documental	
11/12/2018	Exigência Documental	
05/12/2018	Exigência Documental	
28/09/2018	Exigência Documental	
28/09/2018	Aviso de Sinistro	



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº.1682118

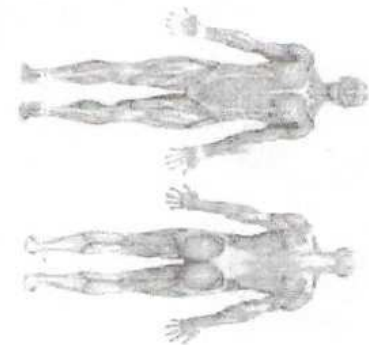
CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-95  
Av. Mai. Floriano Peixoto, 4700 - Maiminas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 27/06/2018  
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Vanessa Patrícia Sales Do Nascimento  
PACIENTE: RANGEL BORBOREMA CEP: 58123000 Nascimento: 25/01/1988  
Endereço: SÍTIO SAO BENTO

Cidade: Boa Vista Sexo: M Telefone: 33131142  
Nome da Mãe: Idade: 030 Bairro: ZONA RURAL  
Responsável: RG: Nº 0 Profissão:  
Estado Civil: CPF: Data de Nascimento: 25/01/1988  
Motivo: ACIDENTE DE CARRO CARRO X CARRO Atend: 27/06/2018  
Médico: Hora: 21:42:31  
CRM: Especialidade: CONVÊNIO: SUS

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)



1. Abração
2. Amputação
3. Avulsão
4. Contusão
5. Crepitação
6. Dor
7. Edema
8. Empalhamento
9. Enfiamento subcutâneo
10. Enfiamento
11. Equimose
12. F. Arma branca
13. F. Arma de fogo
14. F. Cortado
15. F. Cortante
16. F. Corte-contuso
17. F. Perfuro-contuso
18. F. Perfuro-contuso
19. Fratura óssea fechada
20. Fratura óssea aberta
21. Hematoma
22. Injeção de venoso
23. Laceração
24. Lesão tendinosa
25. Luxação
26. Mordeadura
27. Movimento torácico paradoxal
28. Objeto Enfiado
29. Ocorrência
30. Perforação
31. Perforação
32. Perforação
33. Queimadura
34. Rincorrência
35. Sinal de liquemia
- 36.

OBS:

QUEIMADURA: Superfície corporal lesada = % Grau ( ) 1º Grau ( ) 2º Grau ( ) 3º Grau  
DIAGNÓSTICO / CID: *Politrauma*

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS  
*Exame primário realizado de rotina de rotina  
paciente consciente, orientado, sem alterações  
na pele, mucosas, olhos, ouvidos, nariz, boca, garganta, pescoço, tórax, abdômen, membros superiores e inferiores, sem alterações.*

ALERGIA: —

MEDICAMENTOS: —

PATOLOGIAS: —

EXAME FÍSICO

PUPILAS ( ) Fotorreagentes ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( )

Glasgow 15 PA

HGT: 150

SatO2 98

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

EXAMES SOLICITADOS:

**TOMOGRAFIA REALIZADA EM: 28/06/18**

SOLICITAÇÃO DE PARÊCER MÉDICO:

Especialista: *Ortopedia*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

Especialista: *NCR*

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

*Dr. Antônio Gondim*  
Médico Cirurgião  
CRM-PB 6767

Nº	PRESCRIÇÕES E CONDUTAS	HORÁRIO REALIZADO
1	<i>SF 0,990 1000 ml EV 18</i>	
2	<i>Dipirona 1g + AD EV 18</i>	
3	<i>Vit D 10 + AD EV 18</i>	
4	<i>Alta de casa em 18</i>	
5	<i>Gondim</i>	
6		





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE**

**HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <i>Renato Gonçalves</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>28/06/18</i>	Enf.	Leito	
Operador <i>M. André Almeida</i>	1º Auxiliar		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura - Intértese de Quadril</i>			
Tipo de Operação <i>Redução + Fixação Esquelética</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
<i>1) Acesso dorsal</i>
<i>2) Anestesia + Intubação</i>
<i>3) Preparação do campo estéril</i>
<i>4) Redução do quadril e colocação</i>
<i>5) Drenagem de fístula transtórcica e esgueto</i>
<i>6) Suturas</i>

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 15/07/2019 11:26:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071511263097700000022024929>

Número do documento: 19071511263097700000022024929

Num. 22700309 - Pág. 2



Nome do Paciente <i>Pedro Henrique</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>01/07/2019</i>	Enf. <i>3</i>	Leito <i>4</i>	
Operador <i>Dr. Ricardo Sampaio</i>		1º Auxiliar <i>Dr. Wilson</i>	
2º Auxiliar <i>Dr. Carlos</i>	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Calculose biliar</i>			
Tipo de Operação <i>Colecistectomia</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato <i>N/A</i>			
Acidente Durante a Operação			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
<i>1. Acesso por Abdomino</i>
<i>2. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>3. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>4. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>5. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>6. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>7. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>8. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>9. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>
<i>10. Acesso por laparoscopia - exposição da vesícula biliar</i>

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**







Paciente	KANGEL BORBOREMA, 30
----------	----------------------

Alojamiento

Leito

#### Convênio

LEITO 2-4

Data		Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
17/7/2018		<p>1 DIETA LIVRE</p> <p>2 SF 0,9% 1500ML EV p/ 24H</p> <p>3 DIPIRONA 1g + ABD EV 6/6H</p> <p>4 TILATIL 20mg + ABD EV 12/12H, drop, 8NH</p> <p>5 NAUSEDRON 8mg/ml 1FA + ABD EV 8/8H SN</p> <p>6 TRAMAL 100mg + SF 0,9% 100ml EV 8/8h <del>drop</del> drop 6/6h fur 3h</p> <p>7 OMERPAZOL 40mg + DILUENTE EV / JEIUM</p> <p>8 SSVV + CCGG</p>	<p>CTE</p> <p>10</p> <p>11</p> <p>12</p> <p>13</p> <p>14</p> <p>15</p> <p>16</p> <p>17</p> <p>18</p> <p>19</p> <p>20</p> <p>21</p> <p>22</p> <p>23</p> <p>24</p>	<p>BCEG estável</p> <p>sem intercorrências</p> <p>quadro de dor intenso e</p> <p>quadro</p> <p># CD: VPM</p> <p>Aparelho cirúrgico</p>



LEITO 2-4

MOD. 035



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Prescrição Médica	Alojamento:	Leito	Convenio	Evolução Médica
29/06	1. Dieta <b>Alimentar</b> 2. SML 1800ml EV/24h 3. Dipirona 62ml + AB-EV-06/06h 4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h 5. Omeprazol 40mg EV/jejum 6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN 7. Nausectron 01 FA + AD EV 8/8h SN 8. Clethane 40mg SC/dia 9. SSVV + CCGG	2	4	fx - fx do social	<p>Evolutione Medica</p> <p>Pronto socorro de 1</p> <p>Exatidão</p> <p>ca: 11/11/19</p> <p>Pronto soc</p>
<p>Dr. Schubert Costa Ortopedia - Traumatologia CRM 5525</p> <p>Dr. Schubert Costa Ortopedia - Traumatologia CRM 5525</p>					

## Evolução Psicológica

Nome: Prangel Berberema

Setor: Ortopedia 2

Leito: 2-4

Data	Observações
29/06/18	Paciente apresenta humor deprimido, choro fácil e instabilidade emocional. Relata rememoração da experiência traumática decorrente do acidente automobilístico. Refere estar passando por lutos sucessivos, o que dificulta o seu processo de enfrentamento quanto à hospitalização. Realizada escuta psicológica e fortalecimento das suas funções psíquicas defensivas.
30/06/18	Paciente lívido, orientado, memória preservada, fala abundante, emocionalmente fragilizado, mostra dificuldade em lidar com processo de hospitalização; faz referências a lutos sucessivos e problemas no relacionamento com a esposa (sic). Realizada escuta e suporte emocional. Atendimento extensivo à esposa, Srª Kátia que encontra-se emocionalmente fragilizada e chorosa.
05/07/18	Paciente consciente e orientado, apresentando fala espontânea, porém um pouco sonolento (efeito do remédio para dormir, mas estava sem dormir) queixando-se de muitas dores e desconforto, encontra-se inquieto e impaciente. Aguardando cirurgia. Acompanhado por sua esposa Kátia que encontra-se preocupada e aparentemente cansada. Realizada escuta e apoio emocional visando estratégias pontuais de enfrentamento do processo de hospitalização.





Nome do Paciente <u>Rosângela Barbosa</u>		Nº Prontuário	
Data da Operação <u>05/07/2019</u>	Enf. <u>2</u>	Leito <u>4</u> <u>Quarto 11</u>	
Operador <u>Dr. Ricardo Amorim</u>		1º Auxiliar <u>Dr. Wagner (URB)</u>	
2º Auxiliar <u>Dr. Evandro (URB)</u>	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório <u>Fratura de costela (F)</u>			
Tipo de Operação <u>Quilostomia</u>			
Diagnóstico Pós-Operatório <u>sem alteração</u>			
Relatório Imediato da Patologia <u>X</u>			
Exame Radiológico no Ato <u>Não</u>			
Acidente Durante a Operação <u>Não</u>			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
1) Posiciona o paciente em decúbito dorsal, com a cabeça elevada.
2) Assepsia + antissepsia e exposição da região operatória.
3) Incisão em forma de J invertido (F) + drenagem por placa + hemostasia.
4) Redução cirúrgica da FX + osteossíntese com 3 parafusos 1/8" de comprimento + placa OCP curvada, após placa de reconstrução 9F + parafusos curvados.
5) Desbridamento da ferida com 3F.
6) Sutura em 3 planos.
7) Curativo.

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE**

**HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <i>Leopoldo Gonçalves</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>28/06/18</i>	Enf.	Leito	
Operador <i>Dr. Inácio Bruno Sarmiento</i>	1º Auxiliar		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura - tubérculo de Piquet</i>			
Tipo de Operação <i>Redução + fixação esquelética</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto	Vísceras
<i>1) Fratura do osso</i>	
<i>2) Redução + artroscopia</i>	
<i>3) Aplicação de corpos estranhos</i>	
<i>4) Redução do quadril + teste de mobilidade</i>	
<i>5) Drenagem do hemotórax + esguinho</i>	
<i>6) Curativo</i>	

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 15/07/2019 11:26:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071511263112600000022024930>

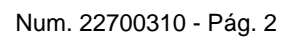
Número do documento: 19071511263112600000022024930

Num. 22700310 - Pág. 1



**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Dr. Schubert Costa  
Ortopedia - Traumatologia  
Cirurgia da Coluna  
CRM 5523



## Diagnóstico

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Viviane		
Alojamento			
Leito	1		
Convênio			

Trabalho Manual realizado  
a pedido de

[illegible]

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

hendo  
Rangel Barbosa  
foi operado há  
90 dias com  
futura seletiva,  
está desnutrido  
com carga total,  
Rx: Fratura  
aguardada.

03, 10, 14  
Data

Dr. Eduardo Braga Morais  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM - PB 1560





Paciente: RANGEL BORBOREMA SILVA  
Data de atendimento: 27/05/2019  
Convênio: PREFEITURA BOA VISTA PB  
Médico Solicitante: VERÔNICA PEDROSA  
Pedido de Exame: 11046

## RADIOGRAFIA DA BACIA

### Descrição:

Incidência: AP.  
Fixação na bacia e acetábulo à esquerda por placa e seis parafusos metálicos, com um dos parafusos encontrando-se avulso.  
Espaços articulares conservados.  
Partes moles sem alterações evidentes ao método.

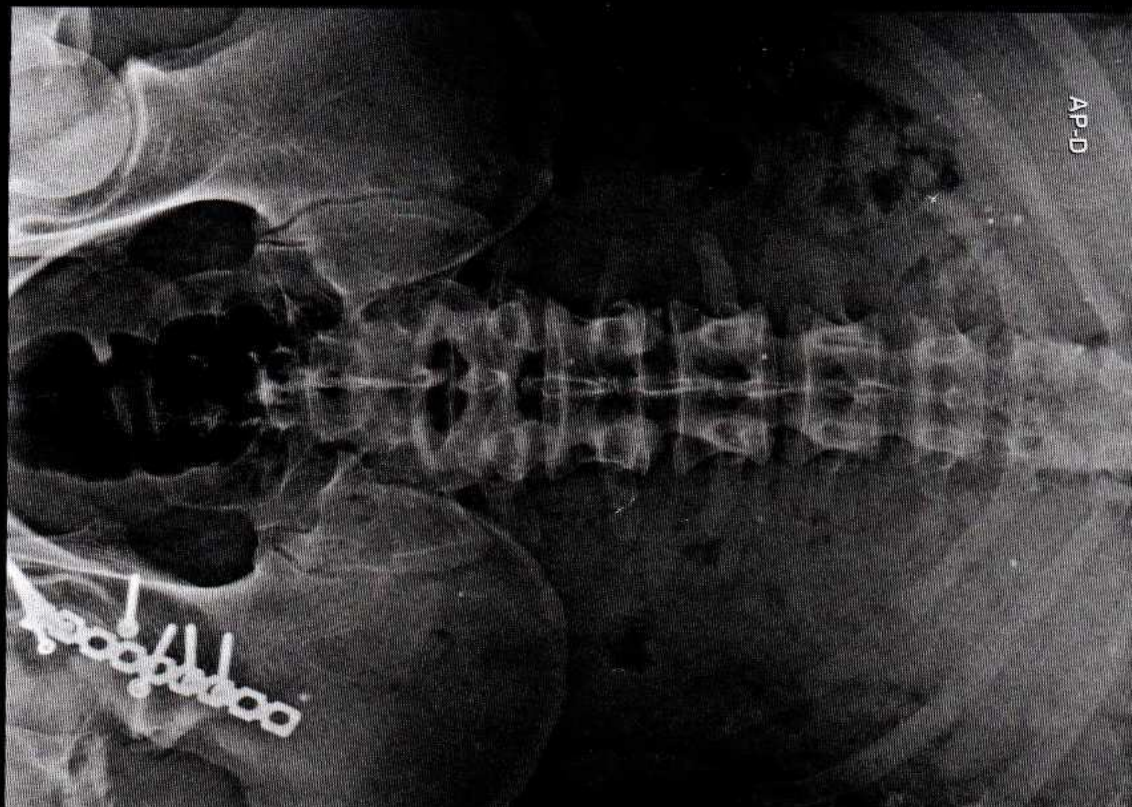


Bruno Rocha de Almeida Guimarães  
CRM: 180406/SP



Paciente: RANGEL BORBOREMA SILVA  
Data: 05/06/2019 Número: 14198  
Exame: COLUNA LOMBAR 2 VISTAS

AP-D



PERFIL





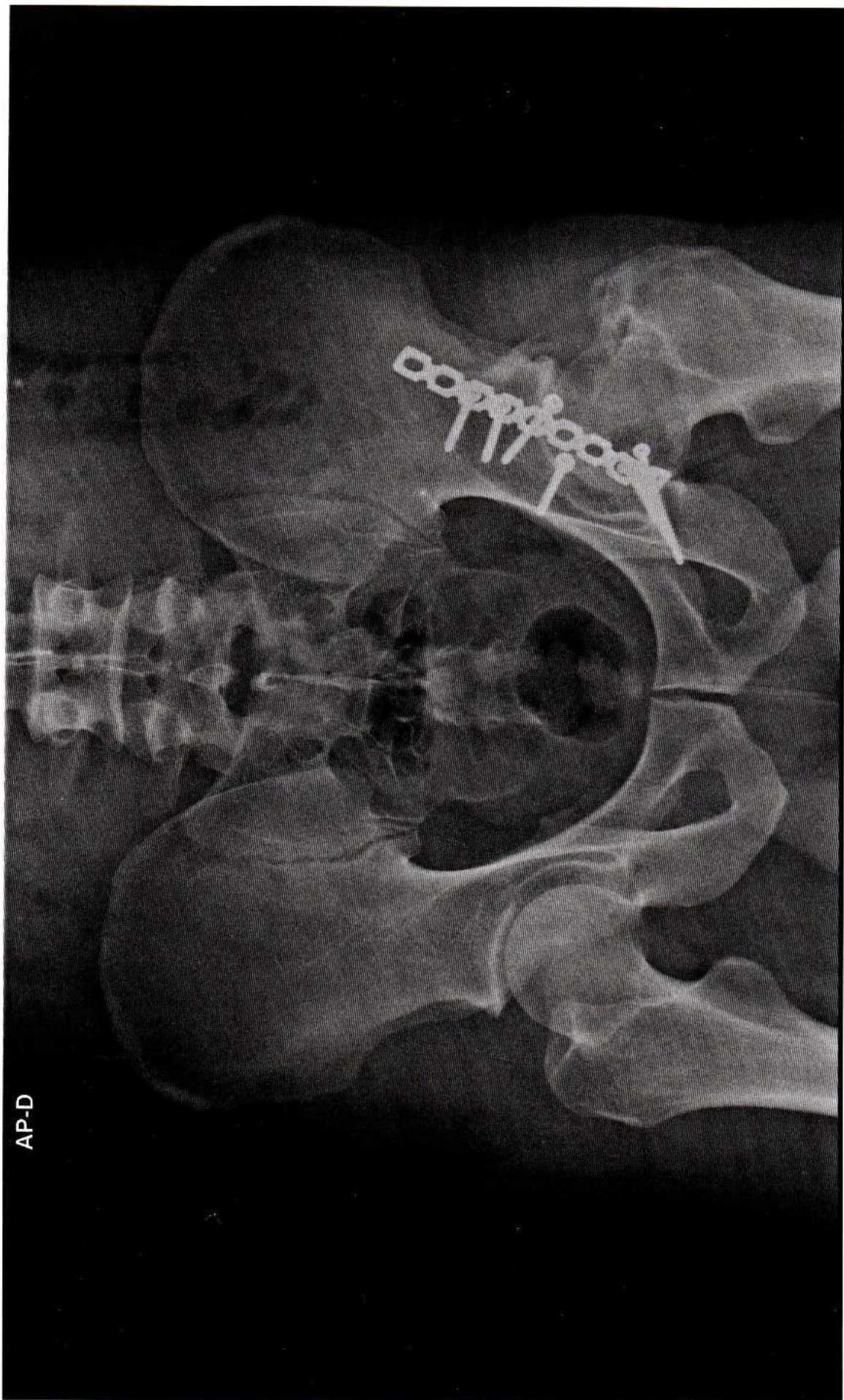
Paciente: RANGEL BORBOREMA SILVA

Data: 27/05/2019 Número: 13870

Exame: PÉLVIS 1 VISTA



AP-D



Desenvolvido pela Medilab Sistemas Ltda

1 de 1




Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 15/07/2019 11:26:31

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071511263124900000022024935>

Número do documento: 19071511263124900000022024935

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 001.4.19.10243/01
			<b>Data de emissão:</b> 15/07/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.610243 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,47
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.199,94
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866600000115 999409283184 520190731007 141910243015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.199,94

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 001.4.19.10243/01
			<b>Data de emissão:</b> 15/07/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.610243 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,47
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.199,94
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866600000115 999409283184 520190731007 141910243015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.199,94

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 001.4.19.10243/01
			<b>Data de emissão:</b> 15/07/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.610243 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,47
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.199,94
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866600000115 999409283184 520190731007 141910243015 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.199,94







Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2019.610243

**Data Vencimento:** 31/07/2019

**Data Emissão:** 15/07/2019

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** RANGEL BORBOREMA SILVA

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

**Valor da Causa:** R\$ 11.812,50

**Despesas Processuais:** R\$ 12,00

**Custas:** R\$ 1.009,40

**Taxa:** R\$ 177,19

**Total da Guia:** R\$ 1.198,59

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

5ª VARA CÍVEL

0816666-85.2019.8.15.0001

AUTOR: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**DESPACHO**

Vistos, etc.

**Defiro a gratuidade judiciária ao(s) autor(es).**

**Altere-se o ASSUNTO do processo para ACIDENTE DE TRÂNSITO.**

**Caso não conste da inicial, Intime-se** a parte autora para, no prazo de **15 (quinze) dias**, emendar a inicial fazendo juntar aos autos documento que comprove o **prévio requerimento administrativo do seguro pleiteado** realizado há mais de 30 (trinta) dias (§1º do Art. 5º da Lei 6.194/1974), sob pena de indeferimento da petição inicial.

Apenas se juntado tal documento, cite-se. Caso contrário, façam os autos conclusos para sentença de extinção.

**Deixo de designar audiência em razão da necessidade de perícia nos presentes autos, tendo a prática demonstrado impossibilidade de composição em processos cuja classe e assuntos são aqueles que constam dos autos.**

Cite(m)-se o(s) promovido(s), advertindo-lhe(s) que terá(ão) o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar(em) contestação, a contar da juntada do AR/Mandado, e que a ausência de defesa implicará revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial.

Apresentada contestação, à impugnação, pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis.



Determino, desde já e de ofício, exclusivamente, a produção da prova pericial, conforme convênio do e. TJPB com a Seguradora Líder.

Por conseguinte, nomeio a Dra. ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA para o encargo de Perito Judicial, com os honorários fixados a teor do que prevê o Convênio TJPB 15/2014 em R\$200,00 (duzentos reais) e a serem adiantados pelo réu no prazo de 15 (quinze) dias. **Intime-se.**

Em sequência, após juntada do comprovante, proceda a Escrivania com os seguintes atos: **(a) intemem-se as partes para, em 05 (cinco) dias, formularem quesitos pertinentes ao objeto da perícia (caso ainda não feito), indicando os respectivos assistentes técnicos e (b) intime-se o nomeado, por carta e/ou e-mail (dr.rosanaduarte@ig.com.br), para designar dia / local / horário de realização do exame pericial, enviando-lhe os quesitos e intimando-se em seguida as partes (o autor deverá comparecer munido com todos os seus documentos e exames pertinentes). Prazo para entrega do laudo: 10 dias.**

Depositado o laudo em juízo, intemem-se as partes para se manifestarem **sobre a prova acrescida**, em 10 (dez) dias, vindo-me os autos conclusos a seguir, **para julgamento antecipado da lide.**

**Intimações e demais diligências necessárias.**

**Somente ao fim, devidamente instruído o processo, façam os autos conclusos para sentença.**

Campina Grande, datado e assinado eletronicamente.

Juiz(a) de Direito





**aso não conste da inicial, Intime-se** a parte autora para, no prazo de **15 (quinze) dias**, emendar a inicial fazendo juntar aos autos documento que comprove o **prévio requerimento administrativo do seguro pleiteado** realizado há mais de 30 (trinta) dias (§1º do Art. 5º da Lei 6.194/1974), sob pena de indeferimento da petição inicial.



Petição em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

Processo Nº: 0816666-85.2019.815.0001

**RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, já qualificado nos autos da ação em epigrafe, através de seu advogado, infra-assinado, vem muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer:

MM. Juiz, a parte autora juntar o requerimento administrativo.

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 19 de Agosto de 2019.

**Inácio Bruno Sarmento**  
**-Advogado-**  
**OAB/PB 21.472**





RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Filial João Pessoa-PB

BENEFICIÁRIO RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

CPF/CNPJ: 07560129455

## Posição em 10-01-2019 23:20:19:

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, clique aqui e nos e para que possamos checar melhor o seu caso. Por gentileza, aguarde, em até 72 horas, entraremos em contato com você para informar do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
11/01/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
---------------	------------	-----------

27/12/2018	Exigência Documental	
18/12/2018	Exigência Documental	
11/12/2018	Exigência Documental	
05/12/2018	Exigência Documental	
28/09/2018	Exigência Documental	
28/09/2018	Aviso de Sinistro	



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0816666-85.2019.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Diante da justificativa retro, cumpra-se na forma já determinada no Id n.º 22757797, em sua inteireza.

CG, 5 de setembro de 2019.

Valério Andrade Porto - Juiz de Direito





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**5ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCESSO Nº 0816666-85.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO** Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Edifício Citibank\_\*\*, 16 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, nos termos do artigo 222 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 285 do CPC. ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a). Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

-PB, 5 de setembro de 2019.

LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS  
Técnico Judiciário





**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

XXXXXXXXXXXXXX



Assinado eletronicamente por: LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS - 05/09/2019 16:28:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19090516281102900000023413197>

Número do documento: 19090516281102900000023413197

EM ANEXO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB**

**Processo:** 08166668520198150001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 20 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES  
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 24/09/2019 16:59:37  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092416593455500000023914492>  
Número do documento: 19092416593455500000023914492

Num. 24707709 - Pág. 2

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08166668520198150001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **27/06/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **27/06/2018**.

Cumprir esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.





## PRELIMINARMENTE

### DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

## DO MÉRITO

### DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório." (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossigue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **27/06/2018**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e seqüela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

<sup>4</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>7</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;

<sup>6</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>7</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 4 de outubro de 2019.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **CAMPINA GRANDE**, nos autos do Processo nº 08166668520198150001.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**

Nº Sinistro: **3180450160**

Vitima: **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**

Data do Acidente: **27/06/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **JOSE RAMOS DE ARAUJO**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180450160**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13410024

Pag. 00057/00058 - carta\_01 - INVALIDEZ



00020029



Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**

Nº Sinistro: **3180450160**

Vítima: **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**

Data do Acidente: **27/06/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **JOSE RAMOS DE ARAUJO**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180450160**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Boletim de ocorrência faltando página

A documentação deve ser entregue na **Sabemi Seguradora S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00201/00202 - carta\_03 - INVALIDEZ

00050101



Carta nº 13412614





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Data do Acidente: 27/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE RAMOS DE ARAUJO

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência incompleto(a). necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 0100/101002 - carta\_03 - INVALIDEZ

00060501



Carta nº 13665441







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Data do Acidente: 27/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE RAMOS DE ARAUJO

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 0193/10/1932 - carta\_03 - INVALIDEZ

00050966



Carta nº 13694997





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Data do Acidente: 27/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE RAMOS DE ARAUJO

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00675/00676 - carta\_03 - INVALIDEZ

00060338



Carta nº 13722541





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Data do Acidente: 27/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE RAMOS DE ARAUJO

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00305/00306 - carta\_03 - INVALIDEZ

00050153



Carta nº 13756923



26 SET 2018


**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO  
DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 415/12**
**RECEBIDO**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário com 16 ou 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

Nome completo da vítima

07560129455

Rangel Beneditina Silva

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo		CPF titular da conta		Profissão	
Rangel Beneditina Silva		07560129455		Russo	
Endereço		Número		Complemento	
sitio São Bento		510		CASIA	
Bairro	Cidade	Estado	CEP		
Zona Rural	Boa Vista	Pernambuco	58123-000		
Email		Telefone (DDD)			
josemarjabb@outlook.com					

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR		<input type="checkbox"/> SEM RENDA		<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00		<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00	
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00		<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00		<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00		<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input type="checkbox"/> <b>CONTA POUPANÇA</b> (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAU (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)				<input checked="" type="checkbox"/> <b>CONTA CORRENTE</b> (todos os bancos)			
BANCO Nome Bradesco				NRO 0639			
AGÊNCIA NRO. 0639		D/V 4		CONTA NRO. 0033505		D/V 3	
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Boa Vista, 20 de Agosto de 2018

Local e Data

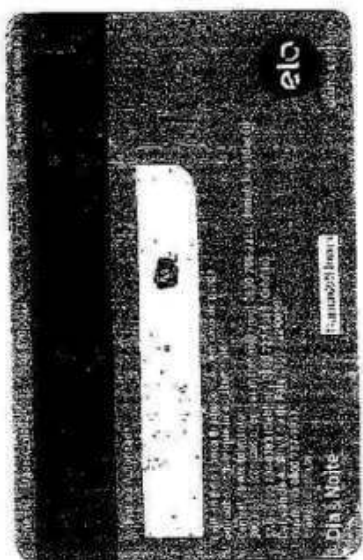
X Rangel Beneditina Silva

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal







SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO



INSTITUTO NACIONAL  
CADERNETO DE INSCRIÇÃO

COMPROMISSO DE INSCRIÇÃO

Plano de  
075.604.204-65

Nome  
FANGEL BORHOREMA SILVA PORTO

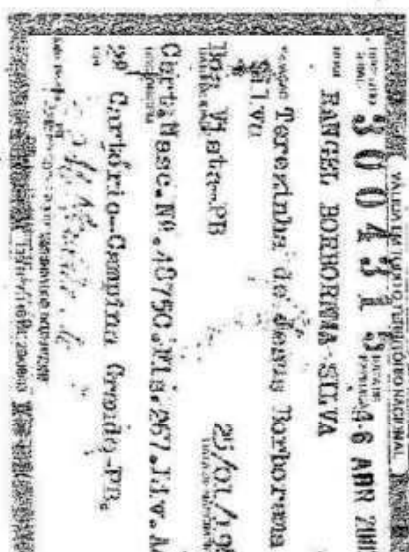
Matrícula  
250171988

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROMISSO DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
F800.631D3.E81E3.A76A

www.receita.fazenda.gov.br

15-08-16 10:02:2015 403





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE  
Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/, - Catole - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300



OCORRÊNCIA Nº 000548/18

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000548/18 registrada em 19/11/2018, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de 2018, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 14:48 horas, compareceu o Sr. RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO, com 30 anos de idade, filho de NÃO DECLARADO e TEREZINHA DE JESUS BORBOREMA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de BOA VISTA - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Completo, profissão, portador da Cédula de Identidade Nº 3.004.315, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 07560129455, residindo à rua SÍTIO SÃO BENTO, S/N, bairro ÁREA RURAL, na cidade de BOA VISTA - PB.

#### Declarou que:

Informa o comunicante, que por volta das 20h30min do dia 27.06.2018, estava trafegando pela Rodovia BR 412, conduzindo o veículo tipo FIAT/UNO CS, ano/modelo 1990/1990, cor azul, chassi nº 9BD146000K3529366, de placa MMR-9271/PB, licenciado em nome de Manoel Torres de Moraes, quando na altura do Km 26,8, município de Boa Vista/PB, invadiu a faixa contrária da pista e colidiu frontalmente com o veículo GM/CELTA 2P LIFE, de placas NQC-9789/PB, conduzido por JOSÉ ALMIR FERNANDES DE LIMA, o qual estava trafegando em sentido contrário, resultando em ferimentos graves no comunicante e no condutor do outro veículo, sendo o comunicante socorrido por uma ambulância da Prefeitura Municipal de Boa Vista/PB e encaminhado para o hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, no momento do acidente o tempo apresentava-se bom e com via seca, entretanto não existe iluminação no local, não encontrando-se o comunicante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Segunda-feira, 19 de Novembro de 2018

*Rangel Borborema Silva Porto*  
RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Declarante

*José Alberto do Nascimento*  
Escrivão de Polícia

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

PRONTO ATENDIMENTO ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA  
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, CPF 075.601.294-55, residente no Sítio São Bento, Boa Vista- PB envolveu-se em um acidente de trânsito na BR 412 no Km 25 no dia 27 de Junho de 2018, às 20 horas e 24 minutos, sendo socorrido pela unidade de suporte básico de vida (ambulância tipo B) do Pronto Atendimento Antônio Pereira de Almeida e conduzido pela equipe de enfermagem plantonista para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande Dom Luís Gonzaga Fernandes.

Por ser verdade firmo a presente e coloco-me a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Carolina Araújo Barbosa  
Responsável técnica e Coordenadora de Enfermagem  
COREN-PB 449.622





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE  
Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/, - Catole - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300



OCORRÊNCIA Nº 000548/18

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000548/18 registrada em 19/11/2018, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de 2018, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 14:48 horas, compareceu o Sr. RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO, com 30 anos de idade, filho de NÃO DECLARADO e TEREZINHA DE JESUS BORBOREMA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de BOA VISTA - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Completo, profissão, portador da Cédula de Identidade Nº 3.004.315, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 07560129455, residindo à rua SÍTIO SÃO BENTO, S/N, bairro ÁREA RURAL, na cidade de BOA VISTA - PB.

#### Declarou que:

Informa o comunicante, que por volta das 20h30min do dia 27.06.2018, estava trafegando pela Rodovia BR 412, conduzindo o veículo tipo FIAT/UNO CS, ano/modelo 1990/1990, cor azul, chassi nº 9BD146000K3529366, de placa MMR-9271/PB, licenciado em nome de Manoel Torres de Moraes, quando na altura do Km 26,8, município de Boa Vista/PB, invadiu a faixa contrária da pista e colidiu frontalmente com o veículo GM/CELTA 2P LIFE, de placas NQC-9789/PB, conduzido por JOSÉ ALMIR FERNANDES DE LIMA, o qual estava trafegando em sentido contrário, resultando em ferimentos graves no comunicante e no condutor do outro veículo, sendo o comunicante socorrido por uma ambulância da Prefeitura Municipal de Boa Vista/PB e encaminhado para o hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, no momento do acidente o tempo apresentava-se bom e com via seca, entretanto não existe iluminação no local, não encontrando-se o comunicante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Segunda-feira, 19 de Novembro de 2018

*Rangel Borborema Silva Porto*  
RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Declarante

*José Alberto do Nascimento*  
Escrivão de Polícia  
JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão

SABEMI SEGURADORA S/A

07 DEZ 2018

RECEBIDO







ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

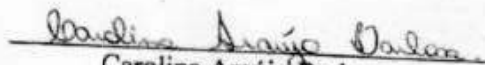
PRONTO ATENDIMENTO ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA  
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, CPF 075.601.294-55, residente no Sítio São Bento, Boa Vista- PB envolveu-se em um acidente de trânsito na BR 412 no Km 25 no dia 27 de Junho de 2018, às 20 horas e 24 minutos, sendo socorrido pela unidade de suporte básico de vida (ambulância tipo B) do Pronto Atendimento Antônio Pereira de Almeida e conduzido pela equipe de enfermagem plantonista para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande Dom Luís Gonzaga Fernandes.

Por ser verdade firmo a presente e coloco-me a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Carolina Araújo Barbosa  
Responsável técnica e Coordenadora de Enfermagem  
COREN-PB 449.622

SABEMI SEGURADORA S/A

07 DEZ 2018

RECEBIDO

RUA ESPERANÇA DOM JESUS, 511 - CENTRO, BOA VISTA - PB / CEP: 58123-000  
FONE: (83) 3313-1100 - EMAIL: PMB@BOAVISTA.PB.GOV.BR  
CNPJ: 01.612.538/0001-10





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE  
Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/, - Catole - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300



OCORRÊNCIA Nº 000548/18

**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000548/18 registrada em 19/11/2018, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de 2018, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 14:48 horas, compareceu o Sr. RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO, com 30 anos de idade, filho de NÃO DECLARADO e TEREZINHA DE JESUS BORBOREMA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de BOA VISTA - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Completo, profissão, portador da Cédula de Identidade Nº 3.004.315, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 07560129455, residindo à rua SÍTIO SÃO BENTO, S/N, bairro ÁREA RURAL, na cidade de BOA VISTA - PB.

**Declarou que:**

Informa o comunicante, que por volta das 20h30min do dia 27.06.2018, estava trafegando pela Rodovia BR 412, conduzindo o veículo tipo FIAT/UNO CS, ano/modelo 1990/1990, cor azul, chassi nº 9BD146000K3529366, de placa MMR-9271/PB, licenciado em nome de Manoel Torres de Moraes, quando na altura do Km 26,8, município de Boa Vista/PB, invadiu a faixa contrária da pista e colidiu frontalmente com o veículo GM/CELTA 2P LIFE, de placas NQC-9789/PB, conduzido por JOSÉ ALMIR FERNANDES DE LIMA, o qual estava trafegando em sentido contrário, resultando em ferimentos graves no comunicante e no condutor do outro veículo, sendo o comunicante socorrido por uma ambulância da Prefeitura Municipal de Boa Vista/PB e encaminhado para o hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, no momento do acidente o tempo apresentava-se bom e com via seca, entretanto não existe iluminação no local, não encontrando-se o comunicante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

**Campina Grande, Segunda-feira, 19 de Novembro de 2018**

*Rangel Borborema Silva Porto*  
RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Declarante

*José Alberto do Nascimento*

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão

SABEMI SEGURADORA S/A

14 DEZ 2018

RECEBIDO





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE  
Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/, - Catole - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300



OCORRÊNCIA Nº 000548/18

### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000548/18 registrada em 19/11/2018, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de 2018, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 14:48 horas, compareceu o Sr. RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO, com 30 anos de idade, filho de NÃO DECLARADO e TEREZINHA DE JESUS BORBOREMA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de BOA VISTA - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Completo, profissão, portador da Cédula de Identidade Nº 3.004.315, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 07560129455, residindo à rua SÍTIO SÃO BENTO, S/N, bairro ÁREA RURAL, na cidade de BOA VISTA - PB.

#### Declarou que:

Informa o comunicante, que por volta das 20h30min do dia 27.06.2018, estava trafegando pela Rodovia BR 412, conduzindo o veículo tipo FIAT/UNO CS, ano/modelo 1990/1990, cor azul, chassi nº 9BD146000K3529366, de placa MMR-9271/PB, licenciado em nome de Manoel Torres de Moraes, quando na altura do Km 26,8, município de Boa Vista/PB, invadiu a faixa contrária da pista e colidiu frontalmente com o veículo GM/CELTA 2P LIFE, de placas NQC-9789/PB, conduzido por JOSÉ ALMIR FERNANDES DE LIMA, o qual estava trafegando em sentido contrário, resultando em ferimentos graves no comunicante e no condutor do outro veículo, sendo o comunicante socorrido por uma ambulância da Prefeitura Municipal de Bca Vista/PB e encaminhado para o hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, no momento do acidente o tempo apresentava-se bom e com via seca, entretanto não existe iluminação no local, não encontrando-se o comunicante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Segunda-feira, 19 de Novembro de 2018

*Rangel Borborema Silva Porto*  
RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Declarante

*José Alberto do Nascimento*  
Escrivão de Polícia  
JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão

SABEMI SEGURADORA S/A

21 DEZ 2018

RECEBIDO





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

PRONTO ATENDIMENTO ANTÔNIO PEREIRA DE ALMEIDA  
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, CPF 075.601.294-55, residente no Sítio São Bento, Boa Vista- PB envolveu-se em um acidente de trânsito na BR 412 no Km 25 no dia 27 de Junho de 2018, às 20 horas e 24 minutos, sendo socorrido pela unidade de suporte básico de vida (ambulância tipo B) do Pronto Atendimento Antônio Pereira de Almeida e conduzido pela equipe de enfermagem plantonista para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande Dom Luís Gonzaga Fernandes.

Por ser verdade firmo a presente e coloco-me a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Carolina Araújo Barbosa  
Responsável técnica e Coordenadora de Enfermagem  
COREN-PB 449.622







MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

### RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

**Veículo:** V1 / FIAT/UNO CS

**Placa:** MMR9271

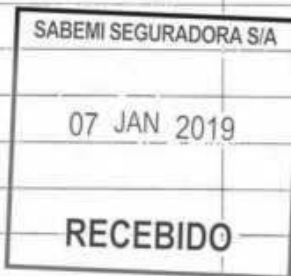
**Nome do agente:** ALDO ALEXANDRE

**Nº BOAT:** 18037884B02

**Matrícula do agente:** 1199743

**Data:** 27/06/2018

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM*	NÃO**	NA***
1	Painel corta-fogo	X		
2	Longarina dianteira esquerda	X		
3	Caixa de roda dianteira esquerda	X		
4	Estrutura da soleira esquerda	X		
5	Air Bags Frontais		X	
6	Air Bags Laterais		X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda	X		
8	Estrutura da coluna central esquerda	X		
9	Estrutura da coluna traseira esquerda		X	
10	Caixa de roda traseira esquerda	X		
11	Assoalho central esquerdo	X		
12	Longarina traseira esquerda	X		
13	Assoalho portamalas ou caçamba		X	
14	Longarina traseira direita		X	
15	Caixa de roda traseira direita		X	
16	Estrutura da coluna traseira direita		X	
17	Estrutura da soleira direita		X	
18	Estrutura da coluna central direita		X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita		X	



\*Item danificado no acidente

\*\*Item não danificado no acidente ou não existente

\*\*\* Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

### IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO CRESCENTE

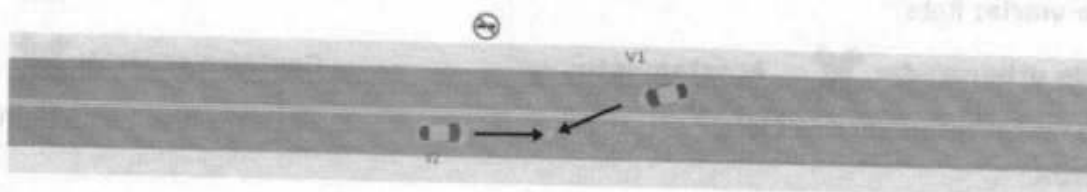


SENTIDO DECRESCENTE

### CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



Local preservado:



← CAMPINA GRANDE

→ BOA VISTA



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

Item	Descrição do Item	SIM*	NÃO**	NA***
13	Assoalho portamalas ou caçamba		X	
14	Longarina traseira direita		X	
15	Caixa de roda traseira direita		X	
16	Estrutura da coluna traseira direita		X	
17	Estrutura da soleira direita		X	
18	Estrutura da coluna central direita		X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita		X	
20	Assoalho central direito		X	
21	Caixa de roda dianteira direita		X	
22	Longarina dianteira direita		X	

**Total geral (SIM + NA): 1**

**Dimensão da monta: Pequena**

\*Item danificado no acidente.

\*\*Item não danificado no acidente ou não existente.

\*\*\* Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

Item	Descrição do Item	SIM*	NÃO**	NA***
20	Assoalho central direito		X	
21	Caixa de roda dianteira direita	X		
22	Longarina dianteira direita		X	

**Total geral (SIM + NA): 10**

**Dimensão da monta:** Grande

### RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

**Veículo:** V2 / GM/CELTA 2P LIFE

**Placa:** NQC9789

**Nome do agente:** ALDO ALEXANDRE

**Nº BOAT:** 18037884B02

**Matrícula do agente:** 1199743

**Data:** 27/06/2018

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM*	NÃO**	NA***
1	Painel corta-fogo		X	
2	Longarina dianteira esquerda		X	
3	Caixa de roda dianteira esquerda	X		
4	Estrutura da soleira esquerda		X	
5	Air Bags Frontais		X	
6	Air Bags Laterais		X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda		X	
8	Estrutura da coluna central esquerda		X	
9	Estrutura da coluna traseira esquerda		X	
10	Caixa de roda traseira esquerda		X	
11	Assoalho central esquerdo		X	
12	Longarina traseira esquerda		X	

\*Item danificado no acidente.

\*\*Item não danificado no acidente ou não existente.

\*\*\* Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043







Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Rodoviária Federal  
**Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito**



**PRF**



**Acidente nº 18037884B02**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

**BR:** 412

**KM:** 26,8 - Crescente

**Município:** BOA VISTA/PB

**Data:** 27/06/2018

**Hora:** 20:30

**Policial responsável pelo atendimento:** ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743

**Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854**

**ASPECTOS DO LOCAL**

**Tipo de via:** Principal

**Tipo de pavimento:** Asfalto

**Tipo de pista:** Simples

**Condição da pista:** Seca

**Estrutura viária:** Reta

**Localidade urbanizada:** ☒

**Acostamento:** ☒

**Canteiro central:** ☒

**Condição meteorológica:** Céu Claro

**Fase do dia:** Plena Noite

**NARRATIVA**

No dia 27/06/2018, às 20:30 hS, a equipe PRF foi acionada para atender um acidente ocorrido na BR 412, km 26,8, no município de BOA VISTA PB, ocorreu um acidente, colisão frontal, com duas vítimas graves. Os veículos envolvidos foram o fiat uno, de placas MMR 9271 (V1), e o veículo GM CELTA, placas NQC9789PB (V2). Com base na análise dos vestígios no local do acidente, constatou-se que o condutor do V1 invadiu a faixa contrária e colidiu frontalmente com o V2 que transitava normalmente em sua mão de direção. A dinâmica do acidente encontra-se representada no croqui. Conforme constatações e levantamentos no local do acidente, concluiu-se que o fator principal do acidente foi a invasão do V1 a faixa contrária e consequente colisão com o V2. Ambos os veículos foram recolhidos ao pátio da transgard e os condutores ao hospital de trauma de Campina Grande Pb. O Local encontrava-se guarnecido pela polícia militar da paraíba na pessoa do (Capitão CLAUDIO batalhão de Monteiro Pb.) e do Samu em atendimento ao condutor do V2. A via estava com a sinalização horizontal e vertical em ordem. As condições ambientais eram boas, céu claro, e não havia sinais de ter havido precipitação pluviométrica no momento do acidente. Apenas o condutor do V2 foi submetido ao teste de alcoolemia pois ainda se encontrava no local, e com resultado 0,00mg/l de ar.

**EVENTOS SUCESSIVOS**

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão frontal	



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





# Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V1**



CONDUTOR

**RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**

**Placa do veículo:** MMR9271

**Marca/modelo:** FIAT/UNO CS

**Envolvimento:** Condutor

**Nome:** RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

**CPF:** 075.601.294-55

**Data de nascimento:** 25/01/1988

**Estado civil:** Não Informado

**Sexo:** Masculino

**Estado físico:** Lesões Graves

**Usava cinto de segurança:** Ignorado

**Usava capacete:** NÃO APLICÁVEL

## DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR

**Tipo:** Não Habilitado

## ALTERAÇÕES DA CAPACIDADE PSICOMOTORA

**Foi possível realizar teste do etilômetro:** Não

**Visíveis sinais de embriaguez:** Não

**Sinais de uso de substâncias psicoativas:** Não

## DADOS DE CONTATO

**Endereço:** SITIO SAO BENTO , S/N - CASA, ZONA RURAL , BOA VISTA/PB

**Telefone/email:** 986374126/NÃO INFORMADO

## ENCAMINHAMENTO

**Motivo:** Outros

**Tipo de receptor:** Outro

**Informações complementares:** PATIO DA TRANSGUARD



Assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





# Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito

## Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V2**



**NQC9789**

**Placa:** NQC9789 - Registro Nacional

**Marca/modelo/ano fabricação:** GM/CELTA 2P LIFE/2010

**Renavam:** 00251411290

**Chassi:** 9BGRZ08F0BG199382

**Tipo de Veículo:** Automóvel

**Espécie/categoria:** Passageiro/Particular

**Manobra no momento do acidente:** Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

### PROPRIETÁRIO

**Nome:** MARCO ANTONIO FERNANDES DE LIMA

**CPF/CNPJ:** 570.969.704-44

**Endereço:** R ANTONIO B PAZ 80 AP 02 BL C, 00080 - AP 02 BL C, CAMPINA GRANDE/PB

**Telefone/email:** NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito  
**Acidente nº 18037884B02**

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V2**



CONDUTOR

**JOSE ALMIR FERNANDES DE LIMA**

**Placa do veículo:** NQC9789

**Marca/modelo:** GM/CELTA 2P LIFE

**Envolvimento:** Condutor

**Nome:** JOSE ALMIR FERNANDES DE LIMA

**CPF:** 215.976.504-04

**Data de nascimento:** 11/02/1956

**Estado civil:** Não Informado

**Sexo:** Masculino

**Estado físico:** Lesões Graves

**Usava cinto de segurança:** Ignorado

**Usava capacete:** NÃO APLICÁVEL

**Informações complementares:** ENCAMINHADO AO HOSPITAL DE TRAUMA DE CAMPINA GRANDE PELO SAMU

**DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR**

**Tipo:** Habilitação Nacional

**Categoria:** E

**Data primeira habilitação:** 13/05/1975

**Nº Registro:** 01651766995

**UF:** PB

**Data de vencimento da habilitação:** 27/10/2020

**Motorista Profissional:** Não

**Observações CNH:** 11A

**ALTERAÇÕES DA CAPACIDADE PSICOMOTORA**

**Foi possível realizar teste do etilômetro:** Sim

**Condutor se recusou a realizar o teste:** Não **Resultado:** 0

**Visíveis sinais de embriaguez:** Não

**Sinais de uso de substâncias psicoativas:** Não

**DADOS DE CONTATO**

**Endereço:** RUA PREFEITO WAMBERTO TORREAO, 112, CENTRO, SERRA BRANCA/PB

**Telefone/email:** NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Assinatura  
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043







MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18037884B02

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**

**V1**



TRACIONADOR

**MMR9271**

**Placa:** MMR9271 - Registro Nacional

**Marca/modelo/ano fabricação:** FIAT/UNO CS/1990

**Renavam:** 00180221027

**Chassi:** 9BD146000K3529366

**Tipo de Veículo:** Automóvel

**Espécie/categoria:** Passageiro/Particular

**Manobra no momento do acidente:** Outras

**Informações complementares:** VEICULO INVADIU A FAIXA CONTRARIA.

### PROPRIETÁRIO

**Nome:** MANOEL TORRES DE MORAIS

**CPF/CNPJ:** 288.622.524-04

**Endereço:** , CAMPINA GRANDE/PB

**Telefone/email:** NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043



Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito  
**Acidente nº 18037884B02**

Relatório retificado com base no processo administrativo nº 08663010281201854



**PRF**



## Imagens Complementares

### Informações Gerais



IMAGEM COMPLEMENTAR 01

### V1 - Tracionador - FIAT/UNO CS - MMR9271



IMAGEM COMPLEMENTAR 01



Documento assinado eletronicamente por ALDO ALEXANDRE, matrícula 1199743, Policial Rodoviário Federal, em 24/10/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18037884B02 e o número de controle 967CB3858B7E1E899608299CD95043





# DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

## INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interdita com curador** - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Rangel Barbarana Silva

CPF da Vítima

07560729455

Data do Acidente

27/06/2018

## REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

José Roman de Araújo

CPF do Representante legal

40824964491

Endereço

Telefone (DDD)

(53) 998055108

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinar uma das opções abaixo:

☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise de minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO

Boa Vista, 20 de Agosto de 2018

Local e Data

X Rangel Barbarana Silva

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DAL001 V001/2017





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SABEMI SEGURADORA S/A

26. SET 2018

## Certidão de Nascimento

Maria Lúcia Marcelino de Almeida  
Oficial de Registro Civil  
Campina Grande-Paraíba

NOME:

**RANGEL BORBOREMA SILVA PÔRTO**

RECEBIDO

MATRÍCULA

**0690540155-1989 1 00044 267 0048750 29**

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) vinte e cinco de janeiro de um mil novecentos e oitenta e oito			DIA 25	MÊS 01	ANO 1988
HORA DE NASCIMENTO 07:00	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Boa Vista-PB				
MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Campina Grande-PB	LOCAL DE NASCIMENTO BOA VISTA-PB			SEXO masculino	
FILIAÇÃO SÉRGIO PEREIRA PÔRTO e TEREZINHA DE JESUS BORBOREMA SILVA					
AVÓS PATERNO(S): JOSÉ MINERVINO PÔRTO e ANTÔNIA PEREIRA PÔRTO MATERNO(S): APOLÔNIO GOMES DA SILVA e MARIA JANOCO BORBOREMA					
GÊMEOS NÃO					
NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI					
DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) vinte e oito de março de um mil-novecentos e oitenta e nove (28/03/1989)			DNV (DEC. NASC. VIVO) NÃO INFORMADO		

### OBSERVAÇÕES / AVERSAÇÕES

2ª VIA. Registro lavrado em 28/03/1989, no livro A-00044, Nº 48750, folha 267.



**CERTIDÃO**  
Certifico que a presente cópia é verdadeira, conforme original, cujos foi apresentado  
por V. Exa. de 08 de 08 de 2018  
*Simone Mendonça de Lima*  
Escritor(a) Autorizada  
Campina Grande-PB

### NOME DO OFÍCIO

2º Cartório do Registro Civil

### OFICIAL REGISTRADOR

Maria Lúcia Marcelino de Almeida

### MUNICÍPIO/UF

Campina Grande-PB

### ENDEREÇO

Prça. Clementino Procopio Nº 115 Centro Campina Grande-PB -  
CEP - 58400252 FONE: (83) 321-5200

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Campina Grande-PB, 13 de maio de 2014.

*Simone Mendonça de Lima*

Simone Mendonça de Lima  
Escritor(a) Compromissada  
Escritor(a) Autorizada  
Campina Grande-PB

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURAS ANULA O VALOR DA CERTIDÃO.



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:46

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054559900000024303475>

Número do documento: 19100815054559900000024303475

Num. 25122783 - Pág. 27





BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237      AGÊNCIA: 2373-6      CONTA: 000000429200-6

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 11/01/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

BANCO: 237

AGÊNCIA: 00639-4

CONTA: 000000033505-3

---

---

Nr. Autenticação

BRADESCO1101201905000000000023700639000000033505168750 PAGO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:46

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054559900000024303475>

Número do documento: 19100815054559900000024303475

### Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura		85	82
17/06/78	21133	08/07/78	21278	1		
Demonstrativo						
QCI	Descrição	Quantidade	Taxa	Valor	Base Calc	Condição
		Tribuna	TARIFA	ICMS/PAIS	ICMS/PAIS	ICMS/PAIS
		85.020	0,573-20	24,25	3,00	0,00
0901	Consumo em kWh			0,25	0,00	0,00
0901	Adic. B. Anual			1,87	1,17	0,00
0901	Adic. B. Veredito			10,28	3,00	0,00
0913	Subsídio					
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0007	CONTROLE LIMPA-PUCA			0,94	0,00	0,00
0004	JURISDIÇÃO DE VOTO			0,67	0,00	0,00
0005	MULTA 05/01/78			0,02	0,00	0,00
0006	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/01/78			-4,78	0,00	0,00
0003	Despesa 02/01/78					

CCI Código de Classificação do Item	TOTAL	23,19	0,00	1,30	28,03	0,45	1,04
-------------------------------------	-------	-------	------	------	-------	------	------

Media últimos meses (kWh) **VENCIMENTO** **TOTAL A PAGAR**  
R\$ **25/06/2018** **R\$ 33,19**

[illegible]

De03.564e.c837.e96d.4757.aabc.44d5.29e0.

[illegible]

## ATENÇÃO

### **Faturas em atraso**



SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO



**CAGEPA**

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe - João Pessoa - PB  
CEP: 53.015-070 - CNPJ: 06.123.054/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
NUNCA DEIXE O DEBITO

69465908

N.º GEP

12695625

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

OTAVIO EMILIANO ALVES  
RUA VITAL F DA SILVA, 63 - IAND - CENTRO QUEIMADAS  
PB 58475-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias	Responsável
0.30.008.395.0350.000	000	1 2 3 4	

Hidrômetro Data de Instalação Localização Situação Água Situação Esgoto

LIGADO POTENCIAL

Consta(n) em nossos registros pendência(s) de pagamento de conta anterior(es). Conforme previsto na Lei Federal 11.445, essa(s) pendência(s) sujeita(m) o imóvel a suspensão no fornecimento de água. Caso o débito já tenha sido quitado, há mais de 5 dias, desconsidere este aviso.

Para demais informações, entre em contato com a CAGEPA pelas linhas de atendimento ou pela central telefônica de atendimento (115), gratuitamente.

REF.	VENCIMENTO	VALOR(R\$)	REF.	VENCIMENTO	VALOR(R\$)
MAI/2018	26/05/2018	37,91			
JUN/2018	06/07/2018	38,82			

EMISSION:

27/07/2018

Total a Pagar:

R\$ 76,73



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:47

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054661300000024303479>

Número do documento: 19100815054661300000024303479





DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO  
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/biblioteca/web/docoriginal.aspx?tipo=1&codigo=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de Identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu João Romão de Araújo inscrito (a) no CPF/CNPJ 40828964491 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Romuel Bonifácio Silva inscrito (a) no CPF sob o Nº 075601294155 do sinistro de DPVAT cobertura Invalidação da Vítima Romuel Bonifácio Silva inscrito (a) no CPF sob o Nº 075601294155, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço	R. Vital Francisco da Silva		Número	63	Complemento	12 Andar	
Bairro	Centro	Cidade	Quimadas	Estado	PA	CEP	58415000
Email	JoaoRomao706@outlook.com		Telefone comercial (DDD)	153) 98822-4322		Telefone celular (DDD)	99805-5108

SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO

Quimadas, 20 de Agosto de 2018

Local e Data

João Romão de Araújo

Assinatura do Declarante



SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Manoel Torres de Moraes RG de nº 2.337.367 data de expedição 09/10/13 Órgão SSP-PB portador do CPF nº 288.622.524-04 com domicílio na cidade de Campina Grande, no Estado de Paraíba, onde reside na Rua/Avenida/Estrada/sítio Carlos Antonio Vieira nº 98 Bairro Bodocossi, complemento, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima Rangel Barbosa Silva cujo o condutor era Rangel Barbosa Silva.

Veículo PAS/Autoconsul

Modelo Riot/uno CS

Ano 1990/1990

Placa MMR 9271/PB

Chassi 3BD146000K2529366

Data do Acidente 27/06/2018

Local e Data Campina Grande-PB, 20/08/2018.

Cartão do  
1º Ofício

Manoel Torres de Moraes

Assinatura do Declarante ( RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)

Assinatura do Condutor( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

ANDRÉ CUNHA LIMA  
Rua Vidal de Negreiros, 70 - Centro - Campina Grande - PB - CEP 53.000-000  
Fone/Fax: (33) 3321-7179 - (33) 3321-1512 - (33) 3321-1520

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de 288.622.524-04 -  
MANOEL TORRES DE MORAES. Dou fé. Campina Grande(PB) -  
20/08/2018 - 18:27. Selo Digital: AHA59033-8KXS.

Em testemunho Adriano de S. Silva da verdade.

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tpb.jus.br>



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:47

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054661300000024303479>

Número do documento: 19100815054661300000024303479

26 SET 2018.

RECEBIDO

Uttar Pradesh

# em Gerald 22.30 21/06/78  
Reduções de 10% e 20% nas  
atividades cotidianas.  
Lave-je de detergentes  
ABD: cloro, flúor e iodo  
nas mãos. Use  $\ominus$   
em alta na Gerald.

EXAME SECUNDÁRIO / PARECER MÉDICO

27/06/18

*[Faint handwritten notes:]*

- Neatly written or engraved over
- val
- Gives p degree.
- No. 700000000

Daniel Bean  
NEUROLOGIA  
CRM 6602

RECEBIDO

Paruta e ill'luelli pelatant  
at'quasturine, d'ooni p'at'e  
Mellando del in quod'at'e  
A. T'el'hoce h'et'at'e di quod'at'e  
D: Ad'it'io + h'et'at'e

DESTINO DO PACIENTE \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_:15.

1. Centro cirúrgico

4. Investimento (setor)

( ) Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL

4. Many hospitals:

1. (a) review  
(b) decision making

¿Por qué?

Ass. do Jacinto ou responsável quando necessário

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO

CBO

ID#D11







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
Data da Operação	Enf.	Leito	
Operador	1º Auxiliar		Instrumentador
2º Auxiliar	3º Auxiliar		
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório			
Tipo de Operação			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
1. Pericardiostomia com bisturi nº 10, com cautela.
2. Lavagem e drenagem com solução de Ringer-Locke.
3. Sutura com fio de náilon nº 3/0 e drenagem com tubo nº 16.
4. Lavagem.
5. Redução manual da D. e sutura com fio de náilon nº 3/0.
6. Fio de náilon nº 3/0 usado para fechar a pericardiostomia.
7. Sutura com fio de náilon nº 3/0.
8. Lavagem com solução.
9. Sutura.





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HUIBOG		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		ENFERMARIA	LEITO	NP PRONTUÁRIO
<b>FOLHA DE ANESTESIA</b>		NOME: <u>Ranuel Borbas Lima</u>		IDADE	SEXO	CDR
DATA: <u>05-08-15</u>	PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA
TIPO SANGÜÍNEO	HEMÁCIAS	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLICEMIA	URÉIA	OUTROS
URINA						
AR. RESPIRATÓRIO				ASMA		
AR. CIRCULATÓRIO				ELETROCARDIOGRAMA		
AR. DIGESTIVO			DENTES	PESSOÇO	AF. URINÁRIO	
ESTADO MENTAL			ATAXICOS	CÓRTECIS	ALERGIA	HIPOTENSORES
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				ESTADO FÍSICO		
ANESTESIAS ANTERIORES						
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTESIA				APLICADA	AS	EFEITO
AGENTES ANESTÉSICOS						INDUÇÃO Satisf.: _____ Excit.: _____ Toss.: _____ Laringo espasmo: _____ Lenta: _____ Náuseas: _____ Vômitos: _____ Outros: _____
LÍQUIDOS						MANUTENÇÃO
CÓDIGOS						ANESTESIA SATISF. Sim _____ Não _____ Não, por quê? _____
VP. ARTERIAL: O - PULSO: O - RESPIRAÇÃO: O - ANESTESIA: O - OPERAÇÃO: O						DESPERTAR Reflexos na SC: _____ Obst.: _____ Co.: _____ Excit.: _____ Náuseas: _____ Vômitos: _____ Outros: _____
SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES						Com cânula: _____ Para o Leito Sim _____ Não _____ CONDIÇÕES: _____
POSICÃO						
AGENTES	<u>Neoa - 10mg + Dimorfi - 10mg + Celazol - 20mg</u>					
TÉCNICA	<u>Rapida</u>					
OPERAÇÃO	<u>Tórax, C.R. Torax, Pleural</u>					
CIRURGIOS	<u>Ribeiro</u>					
ANESTESISTAS	<u>Wanderley</u>					
OBSERVAÇÕES						



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:47

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054661300000024303479

Número do documento: 19100815054661300000024303479

# NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

<b>PACIENTE:</b> Genival Barbosa, DV: 25-01-1955					<b>GOVERNO DA PARAIBA</b> SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO Hospital de Emergência e Trauma Com Luta Genival Barbosa	
<b>QI</b> 01	<b>LEITE</b> 03	<b>CONVÊNIO</b> SUS	<b>IDADE</b> 30	<b>REGISTRO</b> 1682118		
<b>CIRURGIÃO:</b> Dr. Ricardo + Dr. Wanderley						
<b>ANESTESIA:</b> Dr. Wanderley						
<b>INSTRUMENTADORA</b> André	<b>DATA</b> 05-07-18	<b>INÍCIO</b> 13:00	<b>FIM</b> 15:40			
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS		Boias Colostoma	Qtd.	FIOS	
	Adequante amp.		Calet. n. Cag.		Catgut crômado Sertix	
	Alupha amp.		Calet. De J'Iner Sist. Fech.		Catgut crômado Sertix	
	Diazepam amp.		Compressa Grande		Catgut crômado Sertix	
	Dilore amp.		Compressa Pequena		Catgut Simples	
	Delenline amp.		Coloide		Catgut Simples Sertix	
	Efraseol Ampedina		Dreno		Catgut Simples Sertix	
	Fenagat amp.		Dreno Kerr n°		Catgut Simples Sertix	
	Fenamil ml		Dreno Panrose n°		Cera pl' dento	
	Inova ml		Dreno Pezzer n°		Etilbanc	
	Kestler ml		Equipo de Macrogonas		Etilbanc	
	Mecrasina Descont. 3/4 ml		Equipo de Macrogonas		Etilbanc	
	Nubain amp.		Equipo de Sangue		Fio de Algodão Sertix	
	Pavilon amp.		Equipo de PVC		Fio de Algodão Sertix	
	Prolomir amp.		Esparadrapo Largo cm		Fio de Algodão Sertix	
	Protolido ml		Foracina		Fio de Algodão Sertix	
	Quelid ml		Gase Pacote 10 unidades		Fio cardaca	
	Rapfen amp.		40 ml		Monovion Capa	
	Thiobarbitol ml		Intracat Adulto		Monovion	
	Tracolum amp.		Intracat infantil		Prolene Sertix	
Qtd.	MEDICAÇÕES		Lamina de Bisturi n° 23		Prolene Sertix	
	Agua Oxalada amp.		Lamina de Bisturi n° 11		Prolene Sertix	
	Cecadren amp.		Lamina de Bisturi n° 15		Prolene Sertix	
	Clitoria amp.		Livas 7.0		Viciol Sertix	
	Flexicob amp.		Livas 7.5		Viciol Sertix	
	Flatocortil amp.		Livas 8.0		Viciol Sertix	
	Geratizina amp.		Livas 8.5			
	Glicose amp.		Oxigeno l'm			
	Glucos de Calcio amp.		Polifix			
	Heparina ml		PVPI Degermante ml			
	Heparina ml		PVPI Tópico ml	Qtd.	SCROS	
	Karsol amp.		Sacão Antiséptico		SG Normotônico fr 500 ml	
	Lask amp.		Saco colator		SG Gelado fr 500 ml	
	Mecrolinazol		Seringa desc. 60 ml		SG Hipertônico fr 500 ml	
	Pisell amp.		Seringa desc. 20 ml		SG Ring fr 500 ml	
	Pictarina		Seringa desc. 02 ml		SG fr 500 ml	
	Rerivan amp.		Sonda			
	Sustanon amp.		Sonda Foley	Qtd.	ORTESE E PROTESE	
	Cetafolona 1g		Sonda Nasogástrica		Material Sertix	
	Pepetoxim		Sonda Uretral n°		P. base de g. fr. 100	
			Sieridram ml			
			Temerina			
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES		Vaselina ml			
01	Agulha desc. 23 x 40 x 12		Ge con 18			
	Agulha desc. 23 x 28		Lase			
	Agulha desc. 3 x 4,5					
	Agulha pr. raque n°					
	Alcocal de Enfermagem					
01	Alcocal lodado ml					
	Ataduras de Crepon					
	Ataduras de Gassaca					
	Azul malileno amp.					
	Bancada 100 x 100 x 100					

CIRURGIÃO RESPONSÁVEL







HOSPITAL DE TEGUIGU

e. SPONSE

DE 115 - 808 20 2E MA

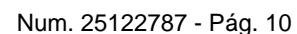
CONVECTION

PROCEDIMENTO REALIZADO:

L. R. ARS

44-38861-10

2004



FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Diagnóstico

Paciente

Benedito Goulart

Admissão

Leito

Comentário

Data

Prescrição Médica

Horário

Evolução Médica

01/10/19 08:00 - 10:00

01/10/19 - 08:00 - 10:00

01/10/19 - 08:00 - 10:00

01/10/19 - 08:00 - 10:00

01/10/19 - 08:00 - 10:00

01/10/19 - 08:00 - 10:00

01/10/19 - 08:00 - 10:00

01/10/19 - 08:00 - 10:00

Lesão por trauma

Lesão por trauma

Lesão por trauma

Lesão por trauma

Lesão por trauma

Lesão por trauma

Lesão por trauma

Lesão por trauma

Lesão por trauma



### FORMA DE TRATAMIENTO E EVOLUCIÓN

1. Substancia: Costa  
 2. Cidade: Natal  
 3. Rua: da Cultura  
 4. CEP: 5522



Paciente	Molimento	leito	Convênio
Wally	2	7	FX - 1X e 3X

Número do documento: 19100815054661300000024303479



ORTOPEDIA 2  
LEITO 2-4

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

PR/EX-QUADRI E

Paciente RANGEL BORBOREMA, 30

Alcornoque

Leito

Convênio

LEITO 2-4

Data  
30/07/19

Prescrição Médica

CV

Fiarão

Evolução Médica

1 DIETA HARE

2 SF 0,5% 1500ML EV P/ 24H

3 DIPIRONA 1g + ABD EV 6/8H

4 TILATIL 20MG + ABD EV 12/12H

5 NAUSE DIRON 80MG/ml TFA + ABD EV 8/8H

6 TRAMAL 100MG T 50/50 100ml EV 8/8H

7 OMEPRAZOL 40MG + DILUFENIV EV 1/12H

8 SSV + COTIN

Coloção 30-1 40885

Folha de evolução 9/10

Deposito 1000 10/10

Ceftriaxona 1g 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10

Folha de evolução 10/10





FOLHA DE REGISTRO DE AVALIAMENTO E EVOLUÇÃO

OK

Paciente	RANIEL TORRES		Alcance	2	Leito	6	Convênio	OK
Data	12/11		Prescrição Médica	Evolução Médica				
1 - Dieta livre			OK			OK		
2 - SAI 500 ml I.V. 12/12 h.			OK			OK		
3 - Dipirona 02 ml I.V. 8/8 h (lento).			OK			OK		
4 - Thall 20 mg I.V. 12/12 h.			OK			OK		
5 - Omeprazol 40 mg I.V. 01 X dia.			OK			OK		
6 - C.E.G.			OK			OK		
7 - Talid 10 mg I.V. 12/12 h.			OK			OK		
8 - SAI 1000 ml I.V. 12/12 h.			OK			OK		
9 - Clorazepato 15 mg I.V. 12/12 h.			OK			OK		
10 - SAI 1000 ml I.V. 12/12 h.			OK			OK		



GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DE SAÚDE	SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMATISMO DE GONÇALVES PERMANO CAMPINA GRANDE - PARAIBA
PACIENTE: RANGEL BORBOREM	
DATA DO EXAME: 27/06/2018	

### ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"

#### METODOLOGIA:

Exame realizado em modo B, com varredura longitudinal e transversal na frequência de 4,0 MHz.

#### ANÁLISE:

Não identifiquei nos sinais de líquido livre intra-abdominal ou derrame pleural no presente estudo.

Não foram evidenciadas lesões visuais relacionadas ao trauma.

Pâncreas e retroperitônio de avaliação prejudicados em decorrência da intensa interposição gasosa.

*Observação: Resultante a baixa sensibilidade da ultrassonografia na detecção de lesões em órgãos sólidos e vísceras ovas, assim como de hemorragia interna, não havendo sido as condições adequadas para realização de uma hospitalar convencional, apenas no resultado negativo da ultrassonografia.*

*Observação: Sinal de ar em gás é muito comum e na maioria das vezes ocorre em pacientes vítimas de trauma abdominal fechado, assim como em pacientes com trauma contuso de abdômen, com ruptura, fístula, ou qualquer outra lesão de sua superfície ou corpo do órgão ou sistema.*



Dr. Fátima Almeida da Costa  
Médico Radiologista  
CRM-PE: 8529





**FORMULÁRIO DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

**Diagnóstico**

Fratura de fêmur esquerdo

PRÉ-OP:

Paciente: Douglas Fernandes

Alcunha: 2

Leito: 21

Convênio:

Data	Prescrição Médica	Horário	Leito	Convênio
08/10	1. DICTA TUBO	10h	21	
	2. SÍL 1500ML EV 20H	12h	21	
	3. DIFERONIA 1G EV 6/0H	13h	21	
	4. TRAMAL 100MG 1 100ML SF EV 8/8H SE DOR	14h	21	
	5. TRAMAL 100MG 1 100ML SF EV 8/8H SE DOR	15h	21	
	6. TRAMAL 100MG 1 100ML SF EV 8/8H SE DOR	16h	21	
	7. TRAMAL 100MG 1 100ML SF EV 8/8H SE DOR	17h	21	
	8. GLEWANE 400MG SC 12/0H	18h	21	
	9. UMEPRATEX 400MG EV 12/0H	19h	21	
	10. SSVV - CCGG	20h	21	
	31. GLEWANE 400MG SC 12/0H	21h	21	
	32. GLEWANE 400MG SC 12/0H	22h	21	
	33. GLEWANE 400MG SC 12/0H	23h	21	
	34. GLEWANE 400MG SC 12/0H	00h	21	
	35. GLEWANE 400MG SC 12/0H	01h	21	
	36. GLEWANE 400MG SC 12/0H	02h	21	
	37. GLEWANE 400MG SC 12/0H	03h	21	
	38. GLEWANE 400MG SC 12/0H	04h	21	
	39. GLEWANE 400MG SC 12/0H	05h	21	
	40. GLEWANE 400MG SC 12/0H	06h	21	
	41. GLEWANE 400MG SC 12/0H	07h	21	
	42. GLEWANE 400MG SC 12/0H	08h	21	
	43. GLEWANE 400MG SC 12/0H	09h	21	
	44. GLEWANE 400MG SC 12/0H	10h	21	
	45. GLEWANE 400MG SC 12/0H	11h	21	
	46. GLEWANE 400MG SC 12/0H	12h	21	
	47. GLEWANE 400MG SC 12/0H	13h	21	
	48. GLEWANE 400MG SC 12/0H	14h	21	
	49. GLEWANE 400MG SC 12/0H	15h	21	
	50. GLEWANE 400MG SC 12/0H	16h	21	
	51. GLEWANE 400MG SC 12/0H	17h	21	
	52. GLEWANE 400MG SC 12/0H	18h	21	
	53. GLEWANE 400MG SC 12/0H	19h	21	
	54. GLEWANE 400MG SC 12/0H	20h	21	
	55. GLEWANE 400MG SC 12/0H	21h	21	
	56. GLEWANE 400MG SC 12/0H	22h	21	
	57. GLEWANE 400MG SC 12/0H	23h	21	
	58. GLEWANE 400MG SC 12/0H	00h	21	
	59. GLEWANE 400MG SC 12/0H	01h	21	
	60. GLEWANE 400MG SC 12/0H	02h	21	
	61. GLEWANE 400MG SC 12/0H	03h	21	
	62. GLEWANE 400MG SC 12/0H	04h	21	
	63. GLEWANE 400MG SC 12/0H	05h	21	
	64. GLEWANE 400MG SC 12/0H	06h	21	
	65. GLEWANE 400MG SC 12/0H	07h	21	
	66. GLEWANE 400MG SC 12/0H	08h	21	
	67. GLEWANE 400MG SC 12/0H	09h	21	
	68. GLEWANE 400MG SC 12/0H	10h	21	
	69. GLEWANE 400MG SC 12/0H	11h	21	
	70. GLEWANE 400MG SC 12/0H	12h	21	
	71. GLEWANE 400MG SC 12/0H	13h	21	
	72. GLEWANE 400MG SC 12/0H	14h	21	
	73. GLEWANE 400MG SC 12/0H	15h	21	
	74. GLEWANE 400MG SC 12/0H	16h	21	
	75. GLEWANE 400MG SC 12/0H	17h	21	
	76. GLEWANE 400MG SC 12/0H	18h	21	
	77. GLEWANE 400MG SC 12/0H	19h	21	
	78. GLEWANE 400MG SC 12/0H	20h	21	
	79. GLEWANE 400MG SC 12/0H	21h	21	
	80. GLEWANE 400MG SC 12/0H	22h	21	
	81. GLEWANE 400MG SC 12/0H	23h	21	
	82. GLEWANE 400MG SC 12/0H	00h	21	
	83. GLEWANE 400MG SC 12/0H	01h	21	
	84. GLEWANE 400MG SC 12/0H	02h	21	
	85. GLEWANE 400MG SC 12/0H	03h	21	
	86. GLEWANE 400MG SC 12/0H	04h	21	
	87. GLEWANE 400MG SC 12/0H	05h	21	
	88. GLEWANE 400MG SC 12/0H	06h	21	
	89. GLEWANE 400MG SC 12/0H	07h	21	
	90. GLEWANE 400MG SC 12/0H	08h	21	
	91. GLEWANE 400MG SC 12/0H	09h	21	
	92. GLEWANE 400MG SC 12/0H	10h	21	
	93. GLEWANE 400MG SC 12/0H	11h	21	
	94. GLEWANE 400MG SC 12/0H	12h	21	
	95. GLEWANE 400MG SC 12/0H	13h	21	
	96. GLEWANE 400MG SC 12/0H	14h	21	
	97. GLEWANE 400MG SC 12/0H	15h	21	
	98. GLEWANE 400MG SC 12/0H	16h	21	
	99. GLEWANE 400MG SC 12/0H	17h	21	
	100. GLEWANE 400MG SC 12/0H	18h	21	

Dr. Suelio Moreira Torres  
Médico Assistente em Ortopedia e Traumatologia  
Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:47  
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054661300000024303479  
Número do documento: 19100815054661300000024303479



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA (CHECKLIST)

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

Rafael Barbosa  
ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

DN: 25-01-1988  
ANTES DA INCISÃO

IDADE:

30 Anos  
PRONTUÁRIO: 1682112

Assinatura do Paciente  
TABELA - 06

ENTRADA

- ☒ CONFIRMAÇÃO SOBRE O PACIENTE
- IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE
- SITIO CIRURGICO
- PROCEDIMENTO A SER REALIZADO
- CONSENTIMENTO

PAUSA CIRÚRGICA

- ☒ CIRURGIAO, ANESTESISTA E ENFERMEIRO CONFIRMAM VERBALMENTE
- IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE
- SITIO CIRURGICO
- PROCEDIMENTO

SÁLIDA

O PROFISSIONAL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM OU DA EQUIPE MÉDICA CONFIRMA VERBALMENTE COM A EQUIPE:

ALU O NOME DO PROCEDIMENTO REALIZADO

☒ VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA ANESTÉSICA CONCLUÍDA

☒ OXÍMETRO DE PULSO INSTALADO E FUNCIONANDO

☐ O PACIENTE POSSUI:

☒ ALERGIA CONHECIDA?

☒ NÃO

☒ SIM

VIA AEREA DIFICILIDADE DE BRONCOASPIRAÇÃO?

☒ NÃO

SIM E HÁ EQUIPAMENTO DISPONÍVEL

RISCO DE PERDA SANGÜÍNEA > 500 ML

(/ ML/KG EM CRIANÇAS)?

☒ NÃO

SIM E HÁ ACESSO VENOSO ADEQUADO E PLANEJAMENTO PARA REVISÃO

EVENTOS CRÍTICOS PREVISTOS

- ☐ REVISÃO DO CIRURGIAO: HÁ PASSOS CRÍTICOS NA CIRURGIA? QUAL A DURAÇÃO? HÁ POSSÍVEIS PERDAS SANGÜÍNEAS?
- ☐ REVISÃO DA EQUIPE DE ANESTESIA: HÁ ALGUMA PREOCUPAÇÃO ESPECÍFICA EM RELAÇÃO AO PACIENTE?

☐ REVISÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM: OS MATERIAIS NECESSÁRIOS, EDMs, INSTRUMENTAIS, PRODUTOS E QUIRÓFOTOS PRESENTES E DENTRO DA UTILIDADE DE ESTERILIZAÇÃO? (INCLUINDO RESULTADOS DO INDICADOR)?

HÁ QUESTÕES RELACIONADAS A EQUIPAMENTOS OU OUSQUILK PREOCUPAÇÃO?

☒ SIM

NÃO SE APlica

A PROFILAXIA ANTITROMBÓTICA FOI REALIZADA NOS ÚLTIMOS 60 MINUTOS?

☒ SIM

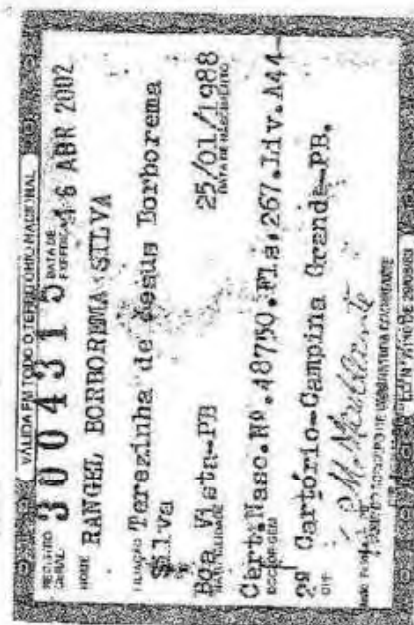
NÃO SE APlica

- ☐ A CONTAGEM DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, COMPRESSAS E AGULHAS ESTÃO CORRETAS (OU NÃO SE APlica)
- ☐ DICÍOAS ESTÃO IDENTIFICADAS E COM O NOME DO PACIENTE
- ☐ HOUVE ALGUM PROBLEMA COM EQUIPAMENTOS PARA SER RESOLVIDO

O CIRURGIAO, O ANESTESISTA E A EQUIPE DE ENFERMAGEM REVISAM PREOCUPAÇÕES ESSENCIAIS PARA RECUPERAÇÃO E O MANEJO DESTE PACIENTE

Adriano Barbosa  
Assinatura



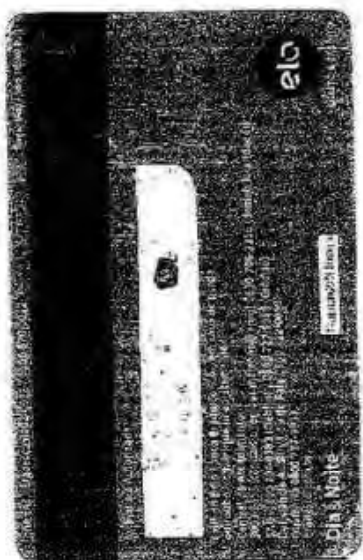


CÓDIGO DE CONTROLE  
F800.63DB.E6EB.A78A

[www.recetta.fazenda.gov.br](http://www.recetta.fazenda.gov.br)

13-08-16 às 15:02:2015 - Recetta Federal do Brasil  
Código de Controle: 00





SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO



COMPROMISSO DE INSCRIÇÃO

Plano de

075.604.204-65

Nome

FANGEL BORHOREMA SILVA PORTO

Mesclando

25/01/1988

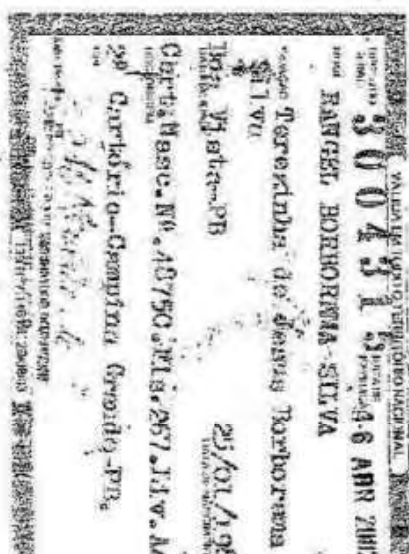
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROMISSO DE INSCRIÇÃO

CONGO DE CONTROLE

F800.63103.ES13.A76A

www.receita.fazenda.gov.br

15-08-16 10022015 00



**SUS**  
Cartão Nacional de Saúde

Sistema Único de Saúde

JOSE RAMOS DE ARAUJO

Data Nascimento: 11/06/1962 Sexo: M

700 5075 8358 2156

50

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA NACIONAL DE SAÚDE  
SECRETARIA DE SAÚDE DE PARÁ

NOME: JOSE RAMOS DE ARAUJO

CPF: 608.289.644-91 DATA NASCIMENTO: 11/06/1962

FUNÇÃO: SEVERINO DANIEL DE ARAUJO  
ISAURA RAMOS DE QUEIROZ

PERÍODO: 11/06/2018

VALOR: 1497902643

1497902643

1497902643

PARÁ

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

TÍTULO ELEITORAL

JOSE RAMOS DE ARAUJO

DATA DE NASCIMENTO: 11/06/1962

CPF: 608.289.644-91

DATA DE EMISSÃO: 10/09/2015

LOCAL: CAMPINA GRANDE/PB

SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO

IDENTIDADE Nº 81961 DATA EXP: 28/08/2018

DOADOR DE ÓRGÃOS/TECIDOS: NÃO

VALIDADE INDEFINIDA: SIM

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA  
CONSELHO REGIONAL - Nº REGIÃO

JOSE RAMOS DE ARAUJO

FILIAÇÃO: ISAURA RAMOS DE QUEIROZ

DATA NASC: 11/06/1962

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

CPF: 608.289.644-91

DATA IDENT: 11/06/1962

ORG. EXP: MSP/PB

ABRILHAMENTO: RADIOLOGIA

Fortaleza de Araújo Silva

1497902643

SABEMI SEGURADORA S/A

26 SET 2018

RECEBIDO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTERIO DAS CIDADES	
DETRAN - PB	Nº 6798054343
3451478450	
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEICULO	
PRT -	20070100059807-8
1	180221027
MANOEL TORRES DE MORAIS	
RUA CARLOS ANTONIO VIETRA 98	
BODOCONGO	
58107445 CAMPINA GRANDE - PB	
UFF/DGG	LACA
28862252404	MMR9271/PB
NOME ANTERIOR	
DEMILTON ANDRADE LIMA	
RD0071 PB	9BD146000K3529366
PAS/AUTOMOVEL/	GASOLINA
FIAT/UNO CS	ANO FAB 1990
5 P/58 /CV	CATEGORIA PARTIC
COR PREDOMINANTE AZUL	
SEM RESERVA DE DOMINIO	
CAMPINA GRANDE - PB	7/10/2007
32875	3451478450



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054661300000024303479>

Número do documento: 19100815054661300000024303479

## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180450160 **Cidade:** Boa Vista **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO **Data do acidente:** 27/06/2018 **Seguradora:** MAPFRE VIDA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 09/01/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE QUADRIL ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(REDUÇÃO).  
ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DE QUADRIL ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DE QUADRIL ESQUERDO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um quadril	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180450160 **Cidade:** Boa Vista **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO **Data do acidente:** 27/06/2018 **Seguradora:** MAPFRE VIDA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 09/01/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA LUXAÇÃO DO QUADRIL ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO. ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DE QUADRIL ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DE QUADRIL ESQUERDO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um quadril	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

### ESPECIALISTA

**Empresa:** Líder- Serviços AMD

**Grupo:** EQ3

**Nome:** TALITA FONSECA MEDEIROS DA SILVA

**CRM:** 5290873-8

**UF do CRM:** RJ

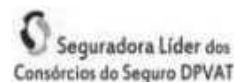
**Assinatura:**

*Talita Fonseca Medeiros*





## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0354250/18

Número do Sinistro: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

CPF: 075.601.294-55

Seguradora: MAPFRE VIDA S/A

Data do acidente: 27/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RANGEL BORBOREMA  
SILVA PORTO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 21/12/2018  
Nome: JOSE RAMOS DE ARAUJO  
CPF: 408.289.644-91

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 21/12/2018  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

JOSE RAMOS DE ARAUJO

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0354250/18

Número do Sinistro: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

CPF: 075.601.294-55

Seguradora: MAPFRE VIDA S/A

Data do acidente: 27/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RANGEL BORBOREMA  
SILVA PORTO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/12/2018  
Nome: JOSE RAMOS DE ARAUJO  
CPF: 408.289.644-91

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/12/2018  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

JOSE RAMOS DE ARAUJO

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO





## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0354250/18

Número do Sinistro: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

CPF: 075.601.294-55

Seguradora: MAPFRE VIDA S/A

Data do acidente: 27/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RANGEL BORBOREMA  
SILVA PORTO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 07/12/2018  
Nome: JOSE RAMOS DE ARAUJO  
CPF: 408.289.644-91

JOSE RAMOS DE ARAUJO

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 07/12/2018  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0354250/18

Número do Sinistro: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

CPF: 075.601.294-55

Seguradora: MAPFRE VIDA S/A

Data do acidente: 27/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RANGEL BORBOREMA  
SILVA PORTO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 04/12/2018  
Nome: JOSE RAMOS DE ARAUJO  
CPF: 408.289.644-91

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 04/12/2018  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

JOSE RAMOS DE ARAUJO

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0354250/18

**Vítima:** RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

**CPF:** 075.601.294-55

**Seguradora:** MAPFRE VIDA S/A

**Data do acidente:** 27/06/2018

**CPF de:** Próprio

**Titular do CPF:** RANGEL BORBOREMA  
SILVA PORTO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Certidão de nascimento  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Declaração do Proprietário do Veículo  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

#### JOSE RAMOS DE ARAUJO : 408.289.644-91

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

#### RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO : 075.601.294-55

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 26/09/2018  
Nome: JOSE RAMOS DE ARAUJO  
CPF: 408.289.644-91

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

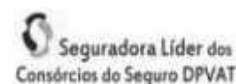
Data do cadastramento: 26/09/2018  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

JOSE RAMOS DE ARAUJO

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0354250/18

Número do Sinistro: 3180450160

Vítima: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

CPF: 075.601.294-55

Seguradora: MAPFRE VIDA S/A

Data do acidente: 27/06/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: RANGEL BORBOREMA  
SILVA PORTO

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 07/01/2019  
Nome: JOSE RAMOS DE ARAUJO  
CPF: 408.289.644-91

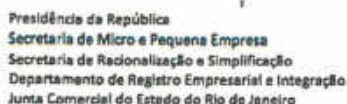
#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 07/01/2019  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

JOSE RAMOS DE ARAUJO

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO





NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Boite Environnement

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC99430A9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



**JUCEFUTIA**  
JOURNAL OF THE  
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/10/2019 15:05:48

<http://pje.tibb.ius.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100815054738800000024303483>

Número do documento: 19100815054738800000024303483

Num. 25122791 - Pág. 1



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	









4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/1

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284795  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 0000295803 - 11/10/2016





## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADB2B69D</b>
<b>Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3.9% Escrevente</b>
<b>ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01</b>		<b>10796.48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tirri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>

### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		03/10/2019	0063	4200102881485
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
02/10/2019	2648983	08166668520198150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	5 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO		Física	07560129455	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
93D91F55E032C032				
CÓDIGO DE BARRAS				





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB**

**Processo:** 08166668520198150001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 7 de outubro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB





O AUTOR PARA IMPUGNAR NO PRAZO DE 15 DIAS



**Intime-se**

a Dra. ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA para o encargo de Perito Judicial, com os honorários fixados a teor do que prevê o Convênio TJPB 15/2014 em R\$200,00 (duzentos reais) e a serem adiantados pelo réu.





Poder Judiciário da Paraíba  
5ª Vara Cível de Campina Grande

---

**Número do Processo: 0816666-85.2019.8.15.0001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**Polo ativo: AUTOR: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**  
**Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé.

, 22 de outubro de 2019  
LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JU 51121160 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

10 SET 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

FÓRUM AFFONSO CAMPOS  
5ª VARA CÍVEL  
Rua Vice-Prefeito Antônio Cayatho de Souza, s/n  
Liberdade - Comarca de Campina Grande - PB  
CEP: 58.410-050

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



Assinado eletronicamente por: LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS - 22/10/2019 14:47:45

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102214474319200000024678873>

Número do documento: 19102214474319200000024678873



AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
SEGURODORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S/A			
ENDEREÇO / ADRESSE			
EDIFÍCIO CITIBANK-16º ANDAR, RUA DA ASSEMBLEIA 100,			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
20011-904	R.I.O. DE JANEIRO	RJ	BRAZIL
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
CARTA DE CITAÇÃO		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
PROC. 08/6666-85.2019.8.15.0001		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCÉPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCÉPTEUR 16 SET 2019 BIANCA DE SOUZA CRUZ MEIRA RG: 20.993.890-7			CDD 1º DE MARÇO 18 SET 2019 RIO DE JANEIRO - RJ
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EXPEDIENTE / SIGNATURE DE L'AGENT		
	Vanderlei Jacinto Matr.: 8.345		
CÓDIGO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

FC0453 / 16

114 x 188 mm



Assinado eletronicamente por: LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS - 22/10/2019 14:47:45

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102214474319200000024678873

Número do documento: 19102214474319200000024678873



Poder Judiciário da Paraíba  
5ª Vara Cível de Campina Grande

---

**Número do Processo:** 0816666-85.2019.8.15.0001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO  
**Polo passivo:** RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé.

, 22 de outubro de 2019  
LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS





CAMPINA GRANDE ( PB ), 04 de Outubro de 2019 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: 08166665/20198150001  
Reu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO  
CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04  
Autor: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO  
CPF/CNPJ: 075.601.294-55  
Valor original: R\$ 200,00  
Agência depositária: 63 - 9 EMPRESA CAMP.GRANDE  
N.º da conta judicial: 4200102881485  
N.º da parcela: 1  
Data do depósito: 02.10.2019  
Depositante: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

Respeitosamente,

**Banco do Brasil S.A.**  
EMPRESA CAMP.GRANDE  
R.SETE DE SETEMBRO,52  
CAMPINA GRANDE - PB .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito  
**5 VARA CIVEL**  
**CAMPINA GRANDE - PB .**

FÓRUM AFFONSO CAMPOS  
SEÇÃO DE PROTOCOLO  
RECEBIDO NO DIA:

04 OUT. 2019  
às 16:00 horas.

Servidor(a) Matrícula



Impugnação à Contestação em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

PROCESSO Nº **0816666-85.2019.8.15.0001**

**Douto Julgador,**

**RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, devidamente qualificado nos autos, por seu advogado que a esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nestes autos de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO**, pelos motivos a seguir expostos:

Em nome do princípio constitucional do “devido processo legal”, a norma legal que rege o DPVAT, determina o pagamento da indenização até mesmo em casos de sequelas residuais, assim determina a norma legal:

A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, In verbis:

“ **Art. 31.** Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que **corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**” . Grifo nosso

Ressalte-se que foi um grande e substancial avanço da norma em que pese ao legislador abandonar o dano, passando a quantificar as lesões entendidas pelas seguradoras agora como “sequelas residuais” em grau mínimo em 10% (dez por cento).

Ao contrário do que suscita a requerida, a inicial não veio instruída com documentos imprescindíveis para o deslinde da demanda, não é verdade. O autor, segue o que determina O ART. 319 do NCPC, c/c quando esta estabelece na Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização, mediante a SIMPLES, ocorrência do acidente.

### **BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO**

O autor propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da requerida objetivando receber o valor integral da indenização pertinente ao seguro DPVAT por invalidez, decorrente ao acidente de trânsito.

Foi deferido ao autor o benefício da assistência judiciária gratuita

Após a requerida foi citada e contestou à presente demanda.

Vieram os autos para Replica.

Breve é o Relatório.

### **SOBRE O MÉRITO**

Com relação ao mérito propriamente dito, Excelência, a ré, como sempre, segue os argumentos infundados dos seguintes tópicos:

#### ***Da Ausência de IML;***

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



*Do ônus da prova;*

*Do Pagamento Proporcional à Lesão;*

*Do pagamento realizado na esfera administrativa;*

*Da Súmula 474 STJ;*

*Dos juros e da correção monetária;*

*Dos honorários.*

Destarte, o autor passa agora a debruçar-se sobre as teses meritórias

**FALTA DE LAUDO DO IML - DOCUMENTO INDISPENSÁVEL**

Alega a requerida, ainda, que os documentos colacionados aos autos não são capazes de qualificar a invalidez experimentada pelo autor, bem como quantificar seu grau, sendo o único documento apto para sua comprovação o laudo expedido pelo IML.

Contudo, basta a realização de prova pericial para comprovar que o autor sofreu perda da função de membro, ocasionada por acidente automobilístico, até mesmo a ré concorda haver necessidade de produzir prova pericial, ao apresentar quesitos que pretende ver respondidos.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012)

[...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilitar de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)

Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito do autor, requerendo, portanto, que seja rejeitada a preliminar de falta de pressuposto processual.

### ÔNUS DA PROVA

Alega a ré que o autor não se desincumbiu de demonstrar seu lícito direito através de provas oficiais, porém é certo que o autor juntou aos autos vasta prova documental, consistente em:

- > Boletim de Ocorrência do sinistro;
- > Prontuário Médico;
- > Ato Declaratório do SAMU e etc.

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que i) o autor sofreu o acidente, ii) que o autor possui danos físicos decorrentes deste.

Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica - requerida pelo autor e que certamente será determinada por Vossa Excelência - para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

É certo ainda que a relação havida entre as partes se caracteriza como de consumo, nos termos do que dispõe os artigos 2º e 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, sendo igualmente certo que as atividades securitárias incluem-se na definição de relação de consumo.

Destarte, a inversão do ônus da prova em favor do autor é plenamente possível in casu, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, que prescreve:

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



"VIII - A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente..."

Destarte, resta plenamente demonstrado, através de farta documentação (excluindo-se apenas o laudo do IML), o lícito direito do autor, sendo plenamente viável a inversão do ônus da prova para que a ré suporte as despesas do laudo que será produzido nestes autos.

#### **DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO E DO POSSIVEL VALOR INDENIZAVEL**

Aduz a requerida que ao autor desta ação não possuem lesões a indenizar, o que prova-se o contrário com as documentações médicas e acostadas aos autos, porém frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

Destarte, como diversas vezes vem insurgindo a requerida em determinar se o autor possuía as lesões necessárias para auferir o valor devido a indenização permanente, peço que se Vossa Excelência designe ao entender que deve o Autor ter o grau de invalidez avaliado por uma perícia Judicial, para auferir as lesões referente ao acidente, devendo o autor assim receber o valor justo referente invalidez permanente.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

Sustenta a ré que o pagamento da indenização já foi realizado administrativamente, não restando por tanto nenhum valor a ser recebido pelo autor. Porém

Porém, é pacífico em reiteradas decisões no Nosso Tribunal, o recibo referente ao pagamento de parte do seguro dá ampla quitação apenas ao valor nele constante, não retirando do Autor desta ação, o direito de pleitear em juízo o recebimento da integralidade do valor devido, como assim o faz.

Neste sentido colaciona-se julgado que segue:

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com





AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. AFASTADAS PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. [...] Ainda assim, mesmo nos casos em que há pagamento parcial, sabe-se que a quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à compilação da indenização, cujo valor decorre de lei [...] SENTENÇA MANTIDA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71001544394 RS, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Data de Julgamento: 18/06/2008, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/06/2008).

Ementa: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT.[...] QUITAÇÃO OUTORGADA, AINDA QUE SEM QUALQUER RESSALVA, NÃO EXIME A SEGURADORA DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DEVIDA, POIS EVIDENTE A IMPOSIÇÃO DA IMPORTÂNCIA ESTABELECIDA PELO ÓRGÃO REGULADOR EM DETRIMENTO DOS DIREITOS LEGAIS DOS BENEFICIÁRIOS DO SEGURO. RECIBO CUJO EFEITO CINGE-SE À COMPROVAÇÃO DA QUANTIA EFETIVAMENTE RECEBIDA. RECURSOPARCIALMENTE PROVIDO, PARA REDUZIR A CONDENAÇÃO AO PRINCIPAL DE R\$ 3.083,60, DEVIDO AOS AUTORES NA CONDIÇÃO DE CREDORES SOLIDÁRIOS DA MESMA. DE RESTO, CONFIRMADA A SENTENÇA POR SEUS FUNDAMENTOS, E, INCLUSIVE, NOS CONSECTÁRIOS LEGAIS INCIDENTES SOBRE O PRINCIPAL CONDENATÓRIO. (Recurso Cível Nº 71000638783, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 23/03/2005)

Destarte, considerando que o Autor ao ajuizar a presente ação pleiteando pela complementação do valor pago administrativamente apenas exerceu um direito garantido por lei, não lhe “falecendo” nenhum direito, como assim quer fazer crer a Requerida.

Tal entendimento é majoritário em nosso Tribunal, e o autor busca somente ser restituído a diferença do que é merecedor receber, pois o valor recebido é irrisório diante de sua invalidez permanente decorrente do acidente ocorrido.

#### **DA SÚMULA 474 STJ**

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



Aludi a Requerida que a presente súmula 474 do STJ foi criada em decisões baseadas no grau de invalidez dos acidentados, pois não deixa de ser necessárias as perícias médicas judiciais para comprovar o grau de invalidez do acidentado.

Ocorre que eivada de má-fé esta sua alegação, pois a referida Súmula, e seu corpo, somente esclarece que o beneficiário será pago na proporção do grau de sua invalidez.

### **DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Descabida a pretensão da Requerida quanto à correção monetária ser somente o do índice de atualização vigente no mês do ajuizamento da ação, pois adotaram, como posicionamento majoritário em nosso Tribunal, que a correção monetária decorrentes de sinistros, deverão ser corrigidas pelo IGP-M desde a data do acidente.

Também com relação aos juros de mora, Excelência, atento à Súmula 426 do E. STJ, o autor não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente.

No entanto, em relação à correção monetária o entendimento do autor diverge antagonicamente ao da ré, ponto vista que coincide com a consolidada jurisprudência deste país, como se pode demonstrar através de alguns julgados do E. Tribunal da Cidadania:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso. 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012 – grifos nossos sempre)

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11);

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. [...]6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação. (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11, grifos nossos sempre).

Segue nova decisão do Tribunal de Justiça onde a incidência de juros e correção deve ocorrer a partir da data do efetivo prejuízo e não da citação.

**TJ-PB - APELACAO APL 00026328320158150000 0002632-83.2015.815.0000 (TJ-PB)**

Data de publicação: 14/07/2015

Ementa: EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PARCIAL PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. APELAÇÃO. LAUDO PERICIAL ATESTANDO INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM OBSERVÂNCIA À PROPORCIONALIDADE DA LESÃO SOFRIDA. INCIDÊNCIA DA TABELA DE DANOS PESSOAIS CONTIDA NO ANEXO DA LEI FEDERAL N.º 11.945/2009. PRECEDENTES DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SÚMULA 43, DO STJ. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DESDE A CITAÇÃO. SÚMULA 426 DO STJ. PROVIMENTO PARCIAL. 1. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Súmula n.º 474 do STJ (STJ, EDcl no AREsp 309.855/SC, Rel.ª Min.ª Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 20/02/2014, publicado no DJe de 05/03/2014). 2. Súmula n.º 43 do STJ - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. 3. Súmula n.º 426 do STJ - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo N.º 00026328320158150000, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 14-07-2015)

Encontrado em: 4A CIVEL. Apelante: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU, RO DPVAT S/A. Apelado: JEFFERSON

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, data vênua, observar a data do acidente, o que desde já se requer na espécie.

### **VERBA HONORÁRIA**

Antes de finalizar esta impugnação, o autor pede vênua para tecer algumas notas sobre o pedido de diminuição da verba honorária, pois a alega a ré que o caso é de todo singelo, e que por tal motivo a verba honorária deve ser fixada no mínimo legal.

No entanto, para a defesa de seus direitos apresentou extensa (embora de refinada técnica) contestação. O feito ainda apresenta necessidade de dilação probatória, não estando excluída a atuação em nível recursal.

O autor ainda pede vênua para transcrever trecho assaz pertinente do inteiro teor do acórdão retro mencionado:

“Quando aos honorários advocatícios, verifico que estes não merecem ser reformados, seja para fixá-los em desfavor do apelado, seja para reduzi-los de 15% para 10% sobre o valor da condenação. De fato, a sucumbência do autor foi mínima, devendo ser as rés condenadas ao pagamento das despesas processuais, custas, e honorários advocatícios, não sendo o caso de serem carregados em face deste. No mais, o caso em tela também não comporta a redução pretendida para o patamar mínimo de 10% montante da condenação, eis que os honorários advocatícios foram estipulados de acordo com o trabalho desenvolvido com acuidade pelo patrono do apelado. Eventual redução importaria em aviltamento da verba.”

Por fim, saliente-se que mesmo que a condenação seja proporcional, nos termos do que apurar o r. laudo, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, uma vez que o pedido realizado na inicial foi o seguinte:

Destarte, requer sejam os honorários advocatícios arbitrados em valor 20% da condenação, ou, na hipótese deste valor resultar irrisório, que sejam arbitrados por Vossa Excelência de maneira equânime.

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



**DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL JUDICIAL**

A própria requerida reconhece a necessidade de realização de pericial judicial, para que seja apurado a incapacidade permanente da parte autora, para que a mesma tenha seu direito reconhecido nesta ação, e o devido recebimento da indenização pelo sinistro que lhe ocorreu.

**PEDIDOS FINAIS**

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência rejeite as alegações levantadas pela ré, para que no mérito seja a presente ação julgada procedente, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico especialista ortopedia que apure o grau de invalidez que acomete o autor e que sejam utilizados os quesitos anexados a parte na realização de perícia, para assim condenar-se a ré nos exatos termos da lei.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campina Grande -PB, em 23 de Outubro de 2019.

**INÁCIO BRUNO SARMENTO**  
-Advogado-  
**OAB/PB-21472**

**GERSON LUCIANO SANTOS NETTO**  
-Advogado-  
**OAB/PB-24614**

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com





## QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (        ), de que forma?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Rua: João Sergio de Almeida, nº800-B, Bodocongo, Campina Grande - PB  
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274  
inaciobrunoadv@gmail.com



Impugnado.



intimem-se as partes para, em 05 (cinco) dias, formularem quesitos pertinentes ao objeto da perícia (caso ainda não feito), indicando os respectivos assistentes técnicos



intimem-se as partes para, em 05 (cinco) dias, formularem quesitos pertinentes ao objeto da perícia (caso ainda não feito), indicando os respectivos assistentes técnicos



EM ANEXO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08166668520198150001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 21 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES  
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 26/11/2019 12:36:55  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112612365542300000025621069>  
Número do documento: 19112612365542300000025621069

Num. 26530805 - Pág. 2



Poder Judiciário da Paraíba  
5ª Vara Cível de Campina Grande

---

**Número do Processo: 0816666-85.2019.8.15.0001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**Polo ativo: AUTOR: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**  
**Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que decorreu o prazo e apenas a parte promovida se manifestou.

, 22 de janeiro de 2020  
LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0816666-85.2019.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se o sr. perito para no prazo de 30 dias, elaborar a perícia requerida nos autos.

, 30 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito









5ª Vara Cível de Campina Grande

( )

Nº do processo: 0816666-85.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

### **MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS**

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Campina Grande manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime a parte , Perita **ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**

podendo ser localizada no endereço , R ESCRIVÃO SEBASTIÃO DE AZEVEDO BASTOS, N 496, N 496 APT 2101 EDF. VALLE VIZCAIA, MANAÍRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58038-491

para os termos do despacho que segue em anexo.

intime-se o nomeado, para designar dia / local / horário de realização do exame pericial, **com antecedencia minima de 30 dias**

, em 13 de abril de 2020.

De ordem, LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS

Mat.



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício, conforme  
ciente exarado no mesmo.



( )

Nº do processo: 0816666-85.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

## MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Campina Grande manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime a parte ,  
Perita **ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**

podendo ser localizada no endereço , R ESCRIVÃO SEBASTIÃO DE AZEVEDO BASTOS, N 496, N 496 APT 2101 EDF. VALLE VIZCAÍNA, MANAIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58038-491

para os termos do despacho que segue em anexo.

intime-se o nomeado, para designar dia / local / horário de realização do exame pericial, **com antecedência mínima de 30 dias**

, em 13 de abril de 2020.

De ordem, LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS

Mat.



13/04/2020 16:56:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 29810498



20041316564064800000028678491

imprimir

tipb.jus.br/pje/Painel/painel\_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=28678491&idProcessoDoc=29810... 3/3

Assinado eletronicamente por: MICHELLE KESSY DE MORAIS HONORIO - 12/09/2020 22:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091222170107100000032738223>  
 Número do documento: 20091222170107100000032738223

Num. 34230188 - Pág. 1

Documento em anexo.





# Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva

## Perita Médica - Médica do Trabalho

EXMº. SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL COMARCA DE  
CAMPINA GRANDE

**ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**, perita médica, vem  
respeitosamente perante Vossa Excelência **aceitar** os encargos para realizar  
perícias médicas referente aos Processos DPVAT listados abaixo:

**0811265-76.2017.8.15.0001 WALDERJONATAS FEIJO DE SOUZA MELO**  
**0015483-29.2012.8.15.0011 TERCIO HENRIQUE DA SILVA**  
**0815662-13.2019.8.15.0001 ELIZANDRA RODRIGUES DA COSTA**  
**0811884-69.2018.8.15.0001 CLEIDEANI AMARANTE DE QUEIROZ MIRANDA**  
**0801474-83.2017.8.15.0001 WELLINGTON PIRES CARNEIRO**  
**0813896-22.2019.8.15.0001 FERNANDA DOS ANJOS SILVA**  
**0816666-85.2019.8.15.0001 RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**  
**0811319-42.2017.8.15.0001 HERMINIO TAVARES COSTA**  
**0807162-55.2019.8.15.0001 ALEXSANDRO CANDIDO DA COSTA**  
**0823805-88.2019.8.15.0001 DECIO RAMOS CALDAS**

Ao tempo em que indica a data e local, conforme especificado.  
Solicito que o autor apresente-se **portando documento pessoal com foto,**  
**cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial no**  
**dia da perícia.**

Dia: **25/11/2020**

As 15h (ordem de chegada)

Fórum Afonso Campos – 4º Andar - Setor Médico

Rua: Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza S/N – Liberdade –

Campina Grande/PB - CEP 58410050

Telefone: (83) 33102400

João Pessoa (PB), 23 de Setembro de 2020.

  
*Dra. Rosana B. Duarte de Paiva*  
Perita Médica  
CRM - PB 4183 / CREMEPE 19414  
CPF: 587.738.514-34

ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA

CRM PB 4183

083 8765-6296  
083 9122-3359

dr.rosanaduarte@ig.com.br



intime as partes para tomar ciência da data da perícia que será realizada em

Dia:

25/11/2020

A

s 15h (ordem de

Fórum Afonso Campos

4º Andar Setor Médico

Rua: Vice

Prefeito Antônio Carvalho de Souza S/N Liberdade

Campina Grande/PB

CEP 58410050

Telefone:

(83) 33102400

portando documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial no dia da perícia.



ntime as partes para tomar ciencia da data da perícia que será realizada em

Dia:

25/11/2020

A

s 15h (ordem de

Fórum Afonso Campos

4º Andar Setor Médico

Rua: Vice

Prefeito Antônio Carvalho de Souza S/N Liberdade

Campina Grande/PB

CEP 58410050

Telefone:

(83) 33102400

portando documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial no dia da perícia.



**5ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0816666-85.2019.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

Autor: Nome: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO  
Endereço: Sítio São Bento, s/n, Zona Rural, BOA VISTA - PB - CEP: 58123-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: Edifício Citibank\_\*\*, 16 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ -  
CEP: 20011-904

**MANDADO DE INTIMAÇÃO  
(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Campina Grande manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte

Nome: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO  
Endereço: Sítio São Bento, s/n, Zona Rural, BOA VISTA - PB - CEP: 58123-000

para os termos do despacho em anexo.

Intime as partes para tomar ciência da data da perícia que será realizada em

Dia:

25/11/2020

A

às 15h (ordem de

Fórum Afonso Campos

4º Andar Setor Médico

Rua: Vice

Prefeito Antônio Carvalho de Souza S/N Liberdade

Campina Grande/PB

CEP 58410050

Telefone:

(83) 33102400



portando documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial no dia da perícia.

, em 5 de novembro de 2020.

De ordem, LUCIA DE FATIMA SILVA BARROS  
Mat.





## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que intimei RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO, tendo o mesmo exarado seu ciente e recebido a contrafé. O REFERIDO É VERDADE.

10 de novembro de 2020

DIDIER ALMEIDA MENDONCA



05/11/2020

DIDIER

Successfully created

Tribunal de Justiça da Paraíba

98637-4126

3374.1289 1289  
9876-2274  
999885018 início Bruno



### 5ª Vara Cível de Campina Grande

( )

Nº do processo: 0816666-85.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

Autor: Nome: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Endereço: Sítio São Bento, s/n, Zona Rural, BOA VISTA - PB - CEP: 58123-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Edifício Citibank\_\*\*, 16 andar, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

### MANDADO DE INTIMAÇÃO (AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Campina Grande manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte

Nome: RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Endereço: Sítio São Bento, s/n, Zona Rural, BOA VISTA - PB - CEP: 58123-000

para os termos do despacho em anexo.

Intime as partes para tomar ciência da data da perícia que será realizada em

Dia:

25/11/2020

A

s 15 h (ordem de

Fórum Afonso Campos

4º Andar Setor Médico

Rua: Vice

Prefeito Antônio Carvalho de Souza S/N Liberdade

Campina Grande/PB

CEP 58410050

Telefone:

(83) 33102400

*Rangel Borborema Silva Porto*



Em anexo segue laudo da avaliação médica.



**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nome completo: **RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**

CPF: 075.601.294-55

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações relatadas neste ato pericial são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº **0816666-85.2019.8.15.0001**, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figuro como autor e que tramita na 5ª Vara Cível ou JEC de Campina Grande.

Campina Grande/PB, 25 de Novembro de 2020.

Rangel Borborema Silva Porto  
Assinatura da vítima

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Quadril Esquerdo e Membro Superior  
Esquerdo.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fixação na bacia e acetábulo da esquerda por placa e seis parafusos metálicos, devido a fratura em quadril esquerdo / acetábulo. Não fisioterapia.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Dra Rosana B. Duarte de Paiva  
CRM 114.944/OPR 13.144  
557.733.514-3





PROCESSO Nº 0816666-85.2019.8.15.0001

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima. Marcha algo claudicante à esquerda.  
Grave restrição ao agachamento e

abdução do membro inferior esquerdo, dor  
crônica em quadril esquerdo. Deficit

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão

QUADRIL ESQUERDO

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☒ 75%

Intensa

2º Lesão

MEMBRO INFERIOR

☐ 10% Residual

☒ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75%

Intensa

3º Lesão

ESQUERDO

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75%

Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75%

Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Nega trauma previo em quadril /  
membro inferior esquerdo!

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM

Campina Grande /PB, 25 de Novembro de 2020

Rosana Bezerra Duarte de Paiva CRM-PB 4183

Digitalizada com CamScanner





intimem-se as partes para se manifestarem **sobre a prova acrescida**, em 10 (dez) dias, vindo-me os autos conclusos a seguir, **para julgamento antecipado da lide**.



intimem-se as partes para se manifestarem **sobre a prova acrescida**, em 10 (dez) dias, vindo-me os autos conclusos a seguir, **para julgamento antecipado da lide**.



Petição de Manifestação de Laudo Pericial DPVAT em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

Processo nº 0816666-85.2019.8.15.0001

**RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

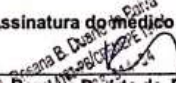
MM. Juiz, em atenção ao Laudo Médico, vem a parte autora informar a esse nobre julgador, que corrobora com o laudo pericial, que **QUANTIFICOU AS LESÕES**:

Segmento anatómico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão <u>QUADRIL ESQUERDO</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input checked="" type="checkbox"/> 75%
Intensa				
2ª Lesão <u>MEMBRO INFERIOR</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75%
Intensa				
3ª Lesão <u>ESQUERDO</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75%
Intensa				
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75%
Intensa				

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Nega trauma físico em quadril /  
membro inferior esquerdo!

Local e data da realização do exame médico: Assinatura do médico – CRM

Campina Grande /PB, 25 de Novembro de 2020 
  
RANGEL BORBOREMA SILVA PORTO

Diante do exposto, requer o prosseguimento do feito, para condenação do promovido nos exatos termos da Lei, para que seja feita a mais Lidima Justa.





Nestes termos,  
Pede e Espera deferimento.

Campina Grande - PB, em 09 de Dezembro de 2020

**GERSON LUCIANO SANTOS NETTO**  
**OAB/PB 24614**

